

CLAUDIA TERESA PILLATTI

**O MERCADO FORMAL DE TRABALHO
CATARINENSE FRENTE ÀS MUDANÇAS NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA
DE 1990**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Lauro Mattei.

Florianópolis

2004

CLAUDIA TERESA PILLATTI

**O MERCADO FORMAL DE TRABALHO CATARINENSE FRENTE ÀS
MUDANÇAS NA ECONOMIA E NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990.**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de BACHAREL EM ECONOMIA e aprovada em sua forma final com nota 8,0, na área de Economia do Trabalho no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

EXAMINADORES:

Prof. Lauro Mattei (Presidente)

Prof. Wagner Leal Arienti (Membro)

Prof. Roque Caieiro (Membro)

Aprovada em: 10 / 12 / 2004.

Ao Eliseu,
com amor e carinho.

RESUMO

O presente trabalho analisa o comportamento do mercado formal de trabalho de Santa Catarina frente às mudanças na economia e no mercado de trabalho ocorridas no Brasil a partir do início da década de 1990. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, para identificar e analisar as mudanças na economia mundial e as transformações no mercado de trabalho mundial a partir de 1970, bem como as mudanças na economia e no mercado de trabalho brasileiro na década no mesmo período. Para a análise empírica utilizou-se a base de microdados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (MTE).

Verificou-se que, partir de 1970, a economia mundial e o sistema capitalista entram em uma nova ordem. Frente ao desaquecimento das economias, ao enfraquecimento das políticas Keynesianas, à introdução do novo paradigma tecnológico, às mudanças no modo de produção e ao acirramento da concorrência ocorreu na reestruturação produtiva com impactos sobre o mercado de trabalho.

No Brasil essas mudanças econômicas se intensificam a partir de 1990, com a abertura comercial e financeira, a desregulamentação de mercados e o ajuste fiscal, impactando no sistema produtivo nacional e contribuindo para desestruturar o mercado de trabalho. Em Santa Catarina, observa-se um mercado de trabalho que acompanha as mudanças na economia nacional e as tendências do emprego. Observa-se baixas taxas de crescimento dos vínculos formais, retração do emprego na indústria de transformação, redução das remunerações e aumento das contratações com maior grau de instrução.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1:** Distribuição da frequência de PFT de Santa Catarina no período de 1991 a 2002..... 54
- Gráfico 2:** Distribuição da evolução dos PFT segundo setores de atividade econômica em Santa Catarina no período de 1991 a 2002 (Base 1991=100)..... 64
- Figura 1:** Representação regional de Santa Catarina com a distribuição da participação relativa média dos PFT no período de 1991 a 2002..... 70
- Gráfico 3:** Distribuição da evolução da frequência de PFT segundo regiões geográficas do Estado de Santa Catarina no período de 1991 a 2002 (Base 1991=100)..... 71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas do país no período de 1991 a 2002.....	43
Tabela 2: Distribuição da frequência de ocupação média anual nas regiões metropolitanas no período de 1991 a 2002.....	44
Tabela 3: Distribuição da PEA absoluta e da PEA relativa de Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2002.....	50
Tabela 4: Distribuição da PIA, PNEA e da taxa relativa PEA/PIA e PNEA/PIA de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	52
Tabela 5: Distribuição dos PFT em Santa Catarina e da taxa de participação PFT/PEA no período de 1991 a 2002.....	54
Tabela 6: Distribuição da frequência dos PFT segundo grau de instrução em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	57
Tabela 7: Distribuição da participação relativa (%) dos PFT segundo grau de instrução para Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	59
Tabela 8: Distribuição da frequência e da participação relativa dos PFT em Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2002.....	61
Tabela 9: Distribuição da frequência de PFT segundo nove setores de atividade econômica em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	63
Tabela 10: Distribuição da frequência e da participação relativa de PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no ano de 1991 e 2002.....	65
Tabela 11: Distribuição dos PFT de Santa Catarina segundo faixa de remuneração em salários mínimos em Santa Catarina no período de 1991 e 2002.....	66
Tabela 12: Distribuição da participação relativa % dos PFT segundo faixa de remuneração em salários mínimos em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	67
Tabela 13: Distribuição dos PFT segundo mesoregiões de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	68
Tabela 14: Distribuição da participação relativa % dos PFT segundo mesoregiões de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.....	69

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Problema de pesquisa.....	9
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Procedimentos Metodológicos	11
1.4 Metodologia para a pesquisa empírica.....	11
1.4.1 Conceituação do RAIS	12
1.4.2 Mercado formal de trabalho	14
1.4.3 População em idade ativa (PIA).....	15
1.4.4 População economicamente ativa (PEA)	15
1.4.5 População não economicamente ativa (PNEA)	16
1.4.6 Desemprego aberto	16
1.5 Taxa de crescimento.....	16
1.7 Estrutura da monografia.....	17
CAPÍTULO II – A ECONOMIA MUNDIAL NO FINAL DO SÉCULO XX.....	18
2.1 Introdução	18
2.2 As principais transformações econômicas.....	18
2.2.1 Bretton Woods	19
2.2.2 O processo de globalização	21
2.3 Reestruturação Produtiva.....	23
2.3.1 Mudança do modelo de produção	24
2.4 As mudanças no mercado trabalho mundial.....	25
2.4.1 Flexibilização e precarização das relações trabalhistas	27
2.4.2 Redução de leis e direitos	29
CAPÍTULO III – A ECONOMIA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX.....	32
3.1 Introdução	32
3.2 A economia brasileira a partir de 1970	32
3.3 A economia brasileira na década de 1990	34

3.4 A reestruturação produtiva e o mercado de trabalho no Brasil	40
CAPÍTULO IV – ASPECTOS ECONÔMICOS E DO MERCADO DE TRABALHO DE SANTA CATARINA	45
4.1 Introdução	45
4.2 Formação econômica catarinense.....	45
4.3 Características econômicas regionais.....	47
4.4 Características da população catarinense.....	49
4.4.1 PEA.....	49
4.4.2 PIA e PNEA	51
4.5 Aspectos do mercado formal de trabalho catarinense.....	52
CAPÍTULO V – COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO	55
5.1 Introdução	55
5.2 O mercado formal de trabalho segundo grau de instrução	55
5.3 O mercado formal de trabalho segundo gênero.....	59
5.4 O mercado formal de trabalho segundo setores de atividade econômicos	60
5.5 O mercado formal de trabalho segundo faixas de remuneração	63
5.6 A distribuição regional do mercado formal de trabalho	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 Problema de pesquisa

No final do século XX a economia mundial assume uma nova ordem influenciada principalmente, pelo desaquecimento econômico, tanto em economias desenvolvidas como em economias em desenvolvimento, pela mudança no modo de produção, pela introdução do novo paradigma tecnológico e pelo abandono das políticas econômicas vigentes até então e que tinham o Estado como o promotor do desenvolvimento econômico.

Esta nova ordem impôs a reestruturação do sistema produtivo e a implantação de políticas econômicas, como a desregulamentação comercial e financeira, a abertura comercial, o ajuste fiscal das economias, entre outros. De outro lado, impôs a reestruturação do mercado de trabalho como forma de propiciar ao sistema condições de competitividade, haja vista o novo cenário econômico que aparece marcado por concorrência acirrada.

Esse novo cenário econômico é caracterizado pela internacionalização da produção e do capital de modo que as empresas passam a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível e mais desregulamentadas para reduzir os custos produtivos e manter sua participação no mercado. Também, é caracterizado pelo liberalismo de mercado, onde os agentes decidem o rumo da economia, restringindo as funções do Estado à política de estabilização econômica e regulação dos setores produtivos nacionais.

Todavia, no mercado formal de trabalho os impactos destas mudanças foram significativos, uma vez que vêm aumentando a informalidade, assim como o número de trabalhadores excluídos do próprio mercado de trabalho. Além disso, este processo está reduzindo os postos formais de trabalho em determinados setores, como é o caso mais evidente da indústria de transformação, e aumentando as taxas de desemprego.

No Brasil essas mudanças se intensificaram a partir do final da década de 1980, quando ocorreu um processo de mudanças profundas na economia nacional que levou à

estabilização econômica, porém, com impactos negativos no mercado formal de trabalho e no sistema produtivo local, haja vista a ausência políticas que favorecessem a estrutura produtiva.

De acordo com Baltar,

“A abertura indiscriminada da economia à competição internacional, a valorização do Real e a redução de investimentos econômicos e sociais por parte do Estado tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho, e estes foram bem além do âmbito restrito da produção industrial e atingiram a totalidade da economia. A nova orientação política tem se mostrado muito mais eficaz na destruição da estrutura de produção emprego preexistente do que na construção de uma nova realidade” (1996, p. 97)

Em Santa Catarina importantes setores de atividade econômica atravessaram um período de grandes dificuldades. Em boa parte da década de 1990 muitos setores com grande peso na formação do produto estadual e no mercado formal de trabalho reduziram sua produção ou as unidades de produção frente o cenário competitivo instalado. O resultado foi o aumento da população desempregada, queda dos rendimentos e redução do nível de emprego.

Diante desse movimento constante do sistema capitalista, que provocou alteração nas formas, qualidades e quantidades de contratações no mercado formal de trabalho, bem como, alterações na estrutura produtiva e nas formas de atuação das políticas, levando a um cenário nacional de fraco crescimento econômico torna-se relevante identificar e analisar qual foi o comportamento do mercado formal de trabalho de Santa Catarina. Nesse sentido o estudo busca responder as seguintes questões:

- Quais as mudanças ocorridas no mercado de trabalho em nível mundial e nacional na década de 1990?
- Qual o comportamento das ocupações formais de Santa Catarina na década de 1990?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

– Analisar o comportamento do mercado formal de trabalho de Santa Catarina na década de 1990 frente às mudanças na economia e no mercado de trabalho brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as principais mudanças na economia mundial e brasileira nas últimas décadas;
- Analisar as principais mudanças no mercado de trabalho nacional na década de 1990;
- Analisar o comportamento do mercado formal de trabalho de Santa Catarina na década de 1990;

1.3 Procedimentos Metodológicos

A natureza do estudo é baseada na abordagem descritiva e quantitativa. Sendo que o estudo abordou o objeto de estudo no período indicado com o auxílio de microdados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponíveis em CD-ROM, e que serão apresentados em valores numéricos através de tabelas e gráficos para a posterior análise e inferência de estatísticas.

A monografia segue caracterizada em objetivos exploratórios. O mesmo enfoque permite maior intimidade com o problema, além de ter permitido o diagnóstico preciso como no caso dos aspectos pertinentes às mudanças econômicas ocorridas no sistema capitalista mundial, assim como na economia brasileira no período 1991-2002 e ao comportamento do mercado formal de trabalho de Santa Catarina.

1.4 Metodologia para a pesquisa empírica

A pesquisa empírica do trabalho está baseada a partir do Programa de Disseminação das Bases de Dados do MTE, com informações oriundas do RAIS e que tem e por objetivo disseminar informações cada vez mais abrangentes sobre o Mercado de Trabalho.

1.4.1 Conceituação do RAIS

O RAIS¹ é um registro administrativo de periodicidade anual. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. Instituída pelo Decreto no 76.900, de 23/12/75, o RAIS tem por objetivo o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Na visão de Negri et. al. (2001, p. 7), o RAIS não é homogêneo para todos os setores da economia e unidades da federação. O RAIS subestima os empregados no setor agropecuário em menor escala no setor da construção civil, e sobreestima os trabalhadores na administração pública. No entanto, o autor argumenta que apesar de as pesquisas amostrais gozarem de maior representatividade e confiabilidade para estudos conjunturais, o RAIS pode ser um aporte de informação para outros tipos de investigação.

Dessa forma, será utilizada essa base de dados por entender-se que é um instrumento que possui informações que representam bem a realidade de estudo e que de fato podem contribuir perfeitamente para a elaboração da análise proposta.

Os principais conceitos utilizados são:

a) Vínculo empregatício e número de trabalhadores

Segundo o MTE, entende-se por vínculos empregatícios a relação de emprego, estabelecida sempre que ocorre trabalho remunerado. Já o número de postos formais de trabalho

¹ Cf. Ministério do Trabalho e Emprego (2004).

(PFT) em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados, diferindo do número de pessoas empregadas, uma vez que estas podem estar acumulando na data de referência mais de um emprego.

b) Remuneração média mensal em salários mínimos

A remuneração média mensal em salários mínimos é definida como a média das remunerações, convertidas em salários mínimos, do ano-base. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º salário. No trabalho é adotada a faixa de remuneração classificada pelo IBGE.

c) Grau de instrução

O grau de instrução, segundo o MTE, é dividido em 8 faixas e compreende analfabeto, 1º grau incompleto, 1º completo, 2º grau incompleto, 2º grau completo, superior completo, superior incompleto e ignorado. Porém, o trabalho utiliza variáveis que organizam estas faixas em três grandes faixas de escolaridade. Estas grandes faixas são a baixa escolaridade, que compreende a faixa de analfabetos, 1º grau incompleto e 1º completo, a média escolaridade, que compreende a faixa 2º grau incompleto, 2º grau completo, e a alta escolaridade, que compreende superior completo e superior incompleto.

d) Admissão e desligamentos

Por admissão entende-se toda entrada de trabalhador no estabelecimento, qualquer que seja sua origem e, por desligamento, toda saída de trabalhador cuja relação de emprego com o estabelecimento cessou durante o ano por qualquer motivo (demissão, aposentado, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado. As entradas e saídas por transferência aparecem incluídas, respectivamente, nas admissões e nos desligamentos.

e) Empregos Existentes em 31/12

São considerados como empregos em 31/12, os vínculos com data e causa da rescisões nulas. Todos os outros vínculos são considerados como desligados durante o ano.

f) Setores de atividade econômica

As atividades econômicas que são trabalhadas na pesquisa, segundo o RAIS/MTE, estão divididas em 9 setores. Os setores são a Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agricultura.

g) Utilização da base de dados

A utilização da base de dados será feita considerando variáveis geográficas, setoriais, de vínculo e individuais, os quais representa os respectivos números de empregos no ano base, de 1991 a 2002. Assim, a análise foi desenvolvida a partir da tabulação das seguintes variáveis:

–Geográfica : compreende o número total de empregos formais no Estado e nas seis mesoregiões do Estado Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense.

–Setorial: compreende o número total de empregos formais segundo a divisão da economia catarinense em 9 setores de atividade econômica.

–Vínculo: compreende o número de empregos formais segundo faixa de remuneração em salários mínimos no ano base.

–Individual: compreende o número de empregos formais segundo gênero grau de instrução.

1.4.2 Mercado formal de trabalho

Mercado formal de trabalho é o exercício em atividade econômica com ocupação remunerada ou não remunerada que está regulamentada segundo uma legislação (trabalhadores privados) ou segundo um estatuto (trabalhadores de instituições públicas).

1.4.3 População em idade ativa (PIA)

Pessoas de 10 anos e mais que durante todos os 12 meses anteriores à data do Censo ou parte deles, exerceram trabalho remunerado, em dinheiro e/ou produtos ou mercadorias, inclusive as licenciadas, com remuneração, por doença, com bolsas de estudo, etc., e as sem remuneração que trabalharam habitualmente 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica ajudando à pessoa com quem residiam ou à instituição de caridade, beneficente ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendizes, estagiárias, etc. Também são consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos ou mais de idade que não trabalharam nos 12 meses anteriores à data de referência do Censo, mas que nos últimos 2 meses em relação a essa data tomaram alguma providência para encontrar trabalho. (Censo Demográfico, 2000).

1.4.4 População economicamente ativa (PEA)

População economicamente ativa corresponde ao contingente da população de 10 anos ou mais de idade que tinha (pessoas ocupadas) ou estavam procurando trabalho (desocupadas) na semana de referência da pesquisa. Como ocupadas, caracterizam-se aquelas pessoas que na semana de referência tinham trabalho, incluindo-se também aquelas que não estão trabalhando no trabalho remunerado pelo motivo licença, greve, etc. Como desocupadas caracterizam-se aquelas que tomaram uma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência da pesquisa.

1.4.5 População não economicamente ativa (PNEA)

Definem-se como não economicamente ativas aquelas que na semana de referência não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período.

1.4.6 Desemprego aberto

Por desemprego aberto entende-se que é o desemprego onde as pessoas procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da pesquisa de desemprego e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias anteriores à pesquisa.

1.5 Taxa de crescimento

A metodologia utilizada para a obtenção da taxa de crescimento dos postos de formais de trabalho em Santa Catarina segundo as variáveis investigadas é a baseada em modelo econométrico, como a regressão semi log ou exponencial.

O modelo econométrico de duas variáveis adota como hipótese que a variável dependente Y (frequência de postos formais de trabalho e população economicamente ativa) se relaciona exponencialmente com a variável explicativa X (tempo). Logo, a função linearizada será determinada como sendo $\ln Y = a^* + b^*X$, e a função exponencial será determinada como sendo a função $Y = ab^x$, onde $a = \text{antilog de } a^*$ e $b = \text{antilog de } b^*$.

O modelo está descrevendo a taxa de crescimento, ou seja, o cálculo do antilog de $b^* = b$ subtraindo de 1 e multiplicar a diferença por 100 é obtido a taxa de crescimento (= i) dos postos formais de trabalho para o período de 1991 a 2000.

Esse modelo tem o intuito de expressar quantitativamente um fenômeno econômico, como o caso do crescimento do emprego formal de Santa Catarina, relacionado por métodos de inferência adequados (Samuelson, 1954, p. 141-146, apud, GUJARATI, 2000, p. XXVI).

Os dados obtidos para o cálculo de estimadores foram os tabulados a partir do RAIS e que compreendem os postos formais de trabalho do período de 1991 a 2002. Será utilizado um nível de significância de 95%. Ou seja, estará se admitindo um erro máximo de 5% no caso de tomar a decisão errada em rejeitar a hipótese nula, $H_0: b=0$, de que não há crescimento dos PFT, contra a hipótese alternativa, $H_1: b \neq 0$, de que há crescimento dos PFT.

1.7 Estrutura da monografia

A estrutura da monografia compreenderá quatro partes de análise. Os capítulos II e III abordarão a revisão bibliográfica com destaque para análise das mudanças econômicas mundiais nas últimas décadas do século XX e para as mudanças econômicas ocorridas no Brasil no mesmo período e na década de 1990, bem como, os impactos desse processo sobre o mercado de trabalho brasileiro.

A análise empírica envolverá duas divisões, sendo que abrangerá o capítulo IV e V. O capítulo IV tratará de aspectos característicos de Santa Catarina, como a formação econômica do Estado, os sistemas produtivos regionais, assim como a análise da população catarinense e do comportamento geral do mercado de trabalho catarinense.

O capítulo V compreenderá a análise do mercado formal de trabalho catarinense através do comportamento dos PFT segundo nível de escolaridade, gênero, setores de atividade econômica e nível de remuneração em salários mínimos e mesoregião do Estado.

CAPÍTULO II – A ECONOMIA MUNDIAL NO FINAL DO SÉCULO XX.

2.1 Introdução

O presente capítulo tem por objetivo mostrar as principais mudanças que ocorreram na economia mundial no final do século XX e que, de certa forma, impactaram sobre a economia brasileira na década de 1990.

Para tanto, a primeira parte trata das principais transformações econômicas nas últimas décadas ocorridas no cenário mundial, com destaque para o fim do acordo de Bretton Woods, o domínio do capital financeiro e o processo de globalização presente na esfera produtiva e financeira.

Os assuntos da segunda seção se referem ao processo de reestruturação produtiva ocorrida no final de século XX. Evidenciam-se nesse segmento as mudanças tecnológicas e as mudanças produtivas ocorridas, principalmente, em virtude da introdução da revolução da microeletrônica.

A terceira e última parte trata das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, com destaque para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e a redução de direitos e leis trabalhistas.

2.2 As principais transformações econômicas

Nas últimas décadas do século XX ocorreram transformações na economia mundial de tal modo que a economia como um todo entrou em uma nova ordem. Essa nova onda tem início a partir de 1970, mais precisamente com o fim do acordo de Bretton Woods, e com a intensificação do processo de globalização na esfera produtiva e financeira. Organizou-se através da liberalização e desregulamentação de mercados, com a implantação da revolução tecnológica, que permitiu a reestruturação produtiva.

De acordo com Sampaio Júnior,

”A partir de meados da década de 70, a exaustão do ciclo de crescimento econômico do pós-guerra e a emergência de novas formas de transformação capitalista reproblematicam os desafios do desenvolvimento nacional. O marco distintivo do novo contexto histórico reside no fato de que a elevadíssima mobilidade espacial do capital quebra a espinha dorsal do regime central de acumulação e desarticula as sinergias econômicas e política que haviam dado coerência aos sistemas econômicos nacionais e ao particular equilíbrio de forças que sustentava a hegemonia dos EUA sobre a ordem internacional” (1998 p. 22).

No período posterior a 1970 o papel do Estado como promotor do crescimento econômico, através da ampliação dos gastos, é reduzido. Percebeu-se que essa política, além de não conseguir evitar crises econômicas, levava a outros desarranjos igualmente maléficis, como os desequilíbrios de Balanço de Pagamento ou a insustentabilidade de conversão do dólar em ouro.

Assim, a partir de 1970/80 a economia mundial assume uma nova característica. Essa característica é fomentada pelo fim do acordo de Bretton Woods e pelo processo de globalização que se instala na economia.

2.2.1 Bretton Woods

O acordo de Bretton Woods foi um instrumento utilizado no pós-guerra para reestruturar as economias afetadas pela guerra e, sobretudo, para proporcionar crescimento econômico. Foi criado em 1945, ao propor taxas de câmbio fixas para todas as moedas, as quais seriam estas lastreadas em ouros através do padrão ouros que convertia as moedas em determinada quantidade de ouro.

O acordo serviu como um instrumento anticíclico. No entanto, para funcionar como um estabilizador econômico e como um propulsor do crescimento econômico. Esse acordo requeria moedas estáveis nos países, de modo que isso só aconteceu devido ao forte poder econômico dos EUA e da sua moeda, o dólar, que estava ligado a uma quantidade específica de ouro (Hobsbawm, 1995, p. 270).

O modo de produção nesse período era o Fordista, que admitia a produção em massa e em linhas de produção. O consumo nesse período também era baseado no modelo de produção fordista de modo que a expansão capitalista nesse período ocorreu principalmente pela expansão das multinacionais e pela expansão das operações no mercado do eurodólar, que representava uma forma de expansão das finanças sem a necessidade de controle do fluxo de capitais pelos bancos centrais dos países onde atuava o mercado dos eurodólares.

Até o início da década de 1970 as economias apresentavam uma demanda condizente com o período de expansão vigente, não havendo problemas de crises de oferta e a economia encontrava-se quase no pleno emprego. Foram os períodos de maior crescimento econômico da era do capitalismo com um forte avanço nas áreas de tecnologia, cultura, assim como, um período de grande protecionismo no mercado de trabalho.

Enquanto o mundo vivia as décadas de ouro do capitalismo, o acordo de Bretton Woods com suas, moedas estáveis e de câmbio fixo, funcionava muito bem. O mundo após a Segunda Guerra Mundial apresentava uma forte demanda, proporcionado pela atuação do Estado do Bem Estar Social e das Políticas Keynesianas. Essas políticas, como destaca Lara (2002, p. 16), visavam o crescimento econômico através de políticas de pleno emprego, forte intervenção estatal no campo produtivo e social e representatividade sindical.

No entanto, a crise dos anos de 1970 pegou os países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, envolvidas em problemas de demanda, estagnação econômicas, altas taxas de desemprego, além de problemas nos Balanços de Pagamento proporcionados pelas políticas de expansão dos gastos públicos. Foi um período que se iniciou com problemas de condução de políticas econômicas, uma vez que as políticas até então adotadas não conseguiam mais resolver os problemas que se apresentavam.

A década de 1970, na visão de Mattos (1998, p. 19), foi marcada pela falência da era Keynesiana e pela incapacidade das grandes potências em criar um cenário com uma nova ordem econômica internacional. Em suma, os Estados Unidos não proveram mais a demanda efetiva do mundo capitalista de modo que o que se observa é que o sistema funcionou bem até o momento que deteve sua hegemonia incontestável em todos os aspectos.

Neste aspecto, as políticas econômicas vigentes até então (forte participação do Estado na economia, Estado de bem-estar social, assim como as políticas Keynesianas para assegurar a demanda e o crescimento econômico) cedem espaço as políticas contrárias à

expansão fiscal, o que significou redução do crescimento econômico, juntamente com alta inflacionária em alguns países (Mattos, 2001, p. 19).

As moedas estáveis e ancoradas no padrão ouro não suportam as crises das economias e o Acordo de Bretton Woods não mais representa eficiência alguma de modo que se rompe o acordo para permitir o ajuste das economias. Verifica-se que a partir de 1970 o mundo entra em crise porque as políticas pós-guerra já não conseguem arrefecer a economia como em seu início de implantação.

Na opinião de Mattos (Mattos., 1998, p. 18), “o esgotamento do ciclo tecnológico/produtivo gestado no período da reconstrução européia (...) não pode ser perpetuado por mais tempo, rompendo-se o ciclo virtuoso em que o aumento do emprego foi impulsionado pela elevação dos salários reais”.

Assim, o cenário que prevalece até o final do século XX é de incerteza, de desestímulo ao investimento e de um fraco crescimento econômico. A incerteza quanto aos investimentos em produção que provoca a migração dos capitais do setor produtivo para o setor financeiro. Neste passo, para que haja uma retomada dos investimentos na esfera da produção, há a necessidade de se criar um ambiente propício para isto.

Além disso, surgem os problemas estruturais. A economia começa a conviver mais frontalmente com o sigma do desemprego em massa, a insegurança dos postos de emprego formal, a exigência de qualificação, a pressão para o aumento da produtividade e a reestruturação organizacional das empresas, que a cada período substituem mão-de-obra por máquinas, jogando milhares de trabalhadores no mercado informal e à margem do amparo do Estado.

O Estado, preocupado unicamente com a estabilização econômica e o controle das contas fiscais, se exime gradualmente da responsabilidade organizar o sistema produtivo. Na verdade, a partir de 1970 o Estado deixa de lado sua força estatal para impor um crescimento econômico e passa a assumir a função de mero regulador da economia. Neste momento, o livre mercado reestrutura a economia e a produção sem qualquer tipo de intervenção, desestruturando a força de trabalho como nunca havia ocorrido.

2.2.2 O processo de globalização

O processo de globalização é um processo caracterizado pelo crescimento do livre fluxos de bens e serviços, assim como de capitais em níveis superiores aos níveis da produção a economia mundial. A maturação do processo ocorre aproximadamente a partir de 1970, com a reestruturação do sistema capitalista.

Para Lages (1998, p. 750), o processo de globalização apresenta uma tendência de semelhança crescente das estruturas de demanda e uma homogeneização crescente das estruturas de oferta. Essas estruturas possibilitam ganhos de escala e a padronização processos produtivos e organizacionais e a disseminação de produtos, inovações e conhecimento.

O cenário competitivo promovido pelo processo de globalização impõe às empresas um ajuste capaz de mantê-las no sistema. Essas empresas passam a buscar novas estratégias, como a introdução de tecnologia na produção e a introdução de processo organizacional, como a terceirização e a subcontratação, permitindo a flexibilização produtiva frente a eventos inesperados que possam comprometer as margens de ganhos.

O processo de globalização permitiu também a inserção das economias em maior grau no mercado internacional, possibilitando dessa forma, aumentar os saldos comerciais. Permitiu ainda a inserção de tecnologia para o setor produtivo, elevando sua produtividade e eficiência, contribuindo para a inserção mais competitiva das economias no mercado.

No entanto, os efeitos negativos do processo de globalização são fortemente visíveis, principalmente nas economias subdesenvolvidas. Através da concorrência acirrada há uma exigência constante de aumento de eficiência das empresas. Para isso mudanças na produção e nas relações de trabalho são constantemente necessárias, contribuindo cada vez mais para a fragilidade e deterioração do mercado de trabalho (Dedecca, 1999, p. 46).

Oliveira (1998, p. 3) argumenta que a partir de 1970 a grande quantidade de recursos financeiros que alimentou os movimentos especulativos na economia mundial contribuiu para a disseminação do progresso tecnológico, sendo que as instabilidades econômicas decorrentes do projeto liberal baseado no processo de globalização, contribuiu para o desemprego estrutural e a ampliação das desigualdades sociais.

Frente a esse processo de livre circulação de bens e capitais as economias dependentes sofrem grandes impactos negativos em nível de renda produção e mercado de trabalho, ficando sujeitas a crises e a desestruturções econômica a qualquer momento. (Oliveira, 1998, p. 3).

2.3 Reestruturação Produtiva

O período entre o final da Segunda Guerra e meados dos anos 70 apresentou-se com altas e estáveis taxas de crescimento econômico, elevados salários reais e expansão dos gastos do Estado com redução das desigualdades. No entanto, as transformações econômicas, após a crise de 1970, impuseram a reestruturação produtiva como forma de conviver com a concorrência acirrada vigente a partir de então (Oliveira, 1998, p. 4).

Pode-se dizer que a reestruturação produtiva surge em um momento em que o modo de produção vigente entra em estagnação. O modelo até então utilizado, e que ao mesmo tempo era determinante do padrão de consumo, entra em crise e torna-se obsoleto. Através do processo de concorrência que se instalou requereu-se um novo padrão de produção.

A reestruturação produtiva parte do princípio que, em cenário de alta concorrência e de baixas vendas, é preciso dinamizar a produção e reduzir custos para manter-se no mercado concorrencial e para manter certa margem de lucratividade no setor produtivo. A partir disso, a reestruturação produtiva traz subjacente a inovação dos processos, o qual recai sobre a força de trabalho através das flexibilizações e subcontratações (Mattos, 2001, p. 101).

Aconteceu em um momento em que a economia mundial convergia para baixas taxas de crescimento econômico. Reestruturar a produção neste final de século significou reduzir os custos para ganhar mercado internacional, num cenário em que as crises financeiras estão presentes e os Estados voltam-se para o controle das contas públicas deterioradas pelas políticas econômicas vigentes no período anterior.

No que tange ao crescimento econômico, a reestruturação produtiva significou importante saída para as economias de muitos países. Dada uma crise de demanda foi significativo utilizar as inovações tecnológicas da terceira revolução industrial para reduzir custos da produção, melhorar a qualidade dos produtos e aumentar a produtividade e lucratividade.

A reestruturação ocorreu em todas as esferas produtivas, porém seu impacto é mais fortemente observado na indústria de transformação, uma vez que não só houve maior inversão em automatização produtiva como também uma vasta reestruturação organizacional, através da reestruturação de métodos, o que possibilitou maior produtividade, lucratividade e a eficiência dos meios de produção.

Para Braverman,

“Cada avanço da produtividade reduz o número dos trabalhadores realmente produtivos, amplia o número dos trabalhadores que ficam disponíveis para serem utilizados nas lutas entre empresas pela distribuição do excedente, aumenta a utilização do trabalho em empregos ociosos ou nenhum emprego, e dá a toda sociedade a forma de uma pirâmide invertida que repousa em uma base cada vez menor de trabalho útil” (1987, p. 179).

A automatização da produção, acompanhada por forte substituição da força de trabalho pelas máquinas, trouxe um agravante sobre o mundo do trabalho, pois se verifica, a partir desse período, tanto o aumento do desemprego como a intensificação da precarização das relações de trabalho, materializadas na forma de flexibilização das relações trabalhistas, desregulamentação de leis e direitos trabalhistas, assim como, no enfraquecimento do poder dos sindicatos.

2.3.1 Mudança do modelo de produção

No início da década de 1970 a considerada ‘era de ouro’ desmorona e com ela cai o modo de produção que até então dominava o sistema capitalista. O modo de produção Fordista e modelo de consumo baseado na produção fordista entram em colapso. Neste período, a produção passa do Fordismo (produção em massa e em série) para o Toyotismo (produção com estoques controlados e com produção via montagem de componentes²).

Na análise de Arienti (1997, p. 17) o fordismo pode ser utilizado para caracterizar o processo de produção do período, com fluxo contínuo em linha de montagem, organização do trabalho e um tipo de relação trabalhista, organização industrial das empresas, regime de acumulação e um modo de regulação econômica e social existente na sociedade do período pós Segunda Guerra Mundial.

Quanto ao regime de acumulação fordista, de acordo com o autor (1997, p. 22), destaca-se que o mesmo pode ser caracterizado pela “combinação de produção em massa e

² Hobsbawm (1995); Arienti (2003); Lara (2002).

consumo em massa, devido ao crescimento do consumo dos trabalhadores” Esse consumo como resultado da regulação salarial monopolista.

A decadência do modelo fordista ocorreu porque o mesmo não conseguiu mais apresentar a mesma eficiência produtiva do período inicial. Através das inovações tecnológicas conseguiu-se desenvolver mecanismos que conseguiriam dinamizar a produção além de conseguir reduzir a quantidade de mão-de-obra necessária para a produção. Logo, modelo é abandonado e o modo de produção é substituído pelo Modelo Toyotista.

Esse modelo se caracteriza pela utilização de processos desenvolvidos no Japão, como o *Kamban. Just in Time*, entre outros. Esse novo processo utiliza-se da produção não verticalizada, que é a produção através da montagem de componentes que fazem parte do bem. Esses componentes são sub-contratados, sendo que não são mais produzidos pela mesma empresa.

Pereira (1998, p. 107) diz que os novos sistemas produtivos, baseados no sistema japonês de produção de automóveis, descartam a rigidez do modelo fordista, passando a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta por empresas. O resultado é a redução da segurança do emprego e a intensificação das formas de “precarização” das relações de trabalho.

O novo modelo de produção foi implantado tendo em vista uma economia globalizada onde predomina a lógica financeira e a rentabilidade em curto prazo. Nesse modelo, as empresas procuram, antes de tudo, aumentar as estratégias de flexibilização produtiva a fim de reduzir os custos. Essas estratégias materializam-se em produção intensiva em tecnologia, organização das relações de trabalho e da empresa, assim como, uma nova relação entre as empresas através das relações de integração não verticalizada (Kovács 2003, p. 4).

2.4 As mudanças no mercado trabalho mundial

No mercado de trabalho essas mudanças impactaram fortemente. Observa-se que, nas últimas décadas, a intensificação da concorrência, em conjunto com as mudanças

macroeconômicas e as baixas taxas de crescimento, contribuiu para o aumento das taxas de desemprego em nível mundial e para a redução da capacidade de geração de empregos.

A redução do poder sindical dos trabalhadores, enfraquecendo as reivindicações salariais, a intensificação da flexibilização, a precarização das relações de trabalho e a redução de leis e direitos trabalhistas são as principais mudanças observadas no mercado de trabalho. As crises econômicas, a concorrência acirrada no mercado internacional e a expansão do capital financeiro são algumas das causas da deterioração do mundo do trabalho.

Essas relações justificam-se, em parte, pela busca da redução da vulnerabilidade da economia nacional às crises, para conter tanto os desequilíbrios macroeconômicos como os déficits públicos, problemas na balança comercial e o temor do retorno da inflação elevada; quanto aos desequilíbrios micros, como o desempenho da produtividade, as pressões dos custos dos insumos e a obsolescência dos investimentos passados (Dedecca, 1999).

De acordo com Mattoso (1999, p. 14), “a geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las”. Percebe-se assim, que o desmonte das relações de trabalho aparece, basicamente, como necessária para a eficiência e competitividade das empresas.

Na verdade, essas novas relações aparecem como um elemento fundamental para a sobrevivência das empresas nesse cenário econômico cada vez mais instável e concorrencial. O mercado de trabalho está sendo cada vez mais empurrado para segundo plano pelas políticas econômicas sendo que o ajuste que se propõe é da redução das regulamentações para deixar as empresas livres na hora de contratar e determinar as condições de trabalho (Dedecca, 1999, p. 37).

Nesse enfrentamento, a posição do Estado é a de transferir ao âmbito das empresas as normas, regras e estrutura das relações de trabalho, ficando restrita sua participação nas questões de seguro desemprego ou qualificação e formação profissional. Observa-se claramente uma retração das ações do Estado em termos de regulação das relações do trabalho e políticas dos empregos. Logo, o mercado de trabalho fica dependente dos crescimentos cíclicos da economia e dos ajustes econômicos.

2.4.1 Flexibilização e precarização das relações trabalhistas

A flexibilização e a precarização das relações de trabalho aparecem a partir do momento em que se acirrou a concorrência interempresa, aumentando a necessidade de ajustes na produção e na organização produtiva, de modo a reduzir seus custos, assim como, essas relações surgem diante dos desajustes macroeconômicos da economia, que contribuem para comprimir os empregos e impõem um novo comportamento às empresas.

Os reflexos desse ajuste no mercado de trabalho são a redução dos benefícios trabalhistas, a redução dos vínculos formais de trabalho, a redução da remuneração, o aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados, devido a introdução de tecnologia que requer maior capacitação para aumentar a produtividade, e a instabilidade dos empregos principalmente os intensivos em tecnologia.

Por flexibilização das relações de trabalho entende-se a redução das regulamentações que protegem as contratações de mão-de-obra pelas empresas. Busca-se flexibilizar através da redução dos benefícios de seguro-desemprego, da redução ou eliminação das leis de proteção ao emprego, como por exemplo, a reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas, através da redução da determinação de níveis salariais por setor ao passo que prevaleça a negociação coletiva, e finalizando a redução do poder dos sindicatos³.

As empresas utilizam-se de argumentos, como o de que as relações de trabalho são muito rígidas (encarecimento de custos e diminuição dos lucros), como uma forma de adaptarem-se mais facilmente às fases cíclicas da economia. Argumentam que a rigidez é necessariamente um entrave para as empresas aumentarem os investimentos e a produção. Logo, enfatizam que a flexibilidade das relações de trabalho contribuiria para aumentar os postos de trabalho e aumentar a produtividade.

Um exemplo no Brasil da flexibilização das relações de trabalho é principalmente a mudança na sistemática do FGTS, desvinculando o acesso ao FGTS da demissão do trabalhador; mudança na justiça do trabalho, transferindo as negociações dos direitos individuais da Justiça do

³ Para Baltar (1998, p. 154), "Os encargos sociais podem ser identificados como imposição adicional (legal ou acordada) sobre a folha de salários das empresas e estão relacionados direta e indiretamente com a forma de financiamento do estatuto do trabalhador em cada sociedade".

Trabalho para a empresa através de contratos coletivos; e mudança na sistemática do seguro-desemprego, de modo que o trabalhador recebesse o seguro somente se vinculado a uma instituição de relocação e retreinamento (Camargo, 1996, p. 42).

A precarização das relações de trabalho compreende a substituição das relações formais de emprego (carteira de trabalho assinada e demais benefícios) por relações informais de compra e venda de serviços de terceiros, tais como a contratação de trabalhadores por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, o trabalho em domicílio, entre outros. Todas as formas são utilizadas para reduzir os custos e aumentar a produtividade (Pereira, 1998, p, 107).

Pode verifica-se a precarização através das formas de remuneração e controle da produtividade. Nessas situações prevalece e estimula-se a intensificação da competitividade entre trabalhadores, através de prêmios de desempenho, como forma de aumentar a produtividade e os ganhos da empresa sem muitas vezes representar um retorno para o trabalhador. A remuneração ocorre através do desempenho do trabalhador em termos de superação de metas de vendas e de produção. Isso é uma forma de desonerar a empresa quanto à remuneração fixa e passar ao trabalhador a responsabilidade pelo seu salário, pelas condições de trabalho e pelo próprio emprego.

Trata-se de condições trabalhistas que não respeitam os direitos dos trabalhadores e condições que ferem a legislação trabalhista. Outra questão importante da precarização das relações de trabalho diz respeito à baixa qualificação dos trabalhadores. Isto é, em alguns setores produtivos, a baixa qualificação ou a escolaridade dos trabalhadores desempregados acaba por empurrá-los para as atividades em que as relações de trabalho deterioram-se gradualmente.

Nos anos de 1990, ampliou-se a precarização das relações de trabalho através da ampliação do assalariamento sem carteira assinada, dos trabalhadores por conta própria e dos microempresários. Na verdade, estes elementos refletem as condições precárias dos empregos formais que não mais oferecem condições produtivas capazes de aumentar a acumulação de capital humano.

De maneira geral, a forte desaceleração da economia contribui para empurrar milhares de trabalhadores ao mundo das condições de trabalhos precarizadas. Na falta de uma perspectiva de crescimento econômico e aumento da geração de empregos os trabalhadores submetem-se às

condições impostas pelas empresas como uma forma de garantia ou para não cair no mundo incerto do trabalho informal.

2.4.2 Redução de leis e direitos

A desregulamentação de leis e direitos do mercado de trabalho permite às empresas livrar-se das responsabilidades trabalhistas a fim de manterem-se mais competitivas. As empresas não desejam a manutenção dos direitos para os trabalhadores. Preocupam-se em flexibilizar em maior grau possível as relações de trabalho e transferem para os Estados Nacionais as conseqüências, como o desemprego crescente, os crescentes números de empregos informais ou as desigualdades regionais (Mattoso, 1998).

Quanto à participação do Estado, de acordo com o mesmo autor, propõe-se que ele participe no mercado de trabalho apenas como regulador das relações trabalhistas. Propõe-se limitar sua atuação nas políticas sociais como a aposentadoria ou seguro desemprego, deixando as negociações coletivas por conta do livre mercado e a responsabilidade frente às desgraças do mercado por conta do trabalhador.

Esta instabilidade de emprego aos trabalhadores, gerada pela redução dos direitos e das leis trabalhistas, provoca uma variação na renda dos mesmos, a qual poderá empurrá-los ao mercado de trabalho informal de trabalho e contribuir para aumentar o grau de pobreza da população. Por outro lado, as empresas podem estar se prejudicando ao não investirem na acumulação de capital humano.

Uma idéia é de que a redução de direitos e garantias pode reduzir o desemprego, pois, num contexto de alta produtividade como meio de enfrentar a concorrência, a flexibilização das relações de trabalho passa a fazer parte da estratégia das empresas em termos de aumentos investimentos e das contratações. Na verdade, o que se verifica é que as empresas estão buscando constantemente livrar-se das regulamentações e das responsabilidades trabalhistas a fim de manterem-se mais competitivas.

Para Baltar (1998, p. 158), “as leis trabalhistas brasileiras não dificultam a demissão e a empresa encontra facilidade para dispensar porque não existe uma organização sindical forte

que a pressione”. Logo, redução das leis trabalhistas serve não para aumentar as contratações por parte das empresas, mas, torná-las mais competitiva e com maior rentabilidade.

Há uma pressão das empresas sobre o Estado para que se revise a legislação trabalhista com o discurso de que os encargos trabalhistas oneram em demasia os empregadores. Argumenta-se que estes encargos elevam os custos da produção, o que contribui para a empresa perder competitividade e deixar de aumentar os postos de trabalho formal. Na visão de Dedecca,

“a racionalização produtiva foi acompanhada da desregulamentação do sistema de relações de trabalho anterior, que se encontrava fundado nas negociações coletivas e na existência de um conjunto de normas e regras organizadas com base no aparelho de Estado. A desregulamentação materializou-se na flexibilização das relações de trabalho, permitindo às empresas realizarem ajustes mais precisos e automáticos de sua demanda (custo) de mão-de-obra segundo as flutuações de seu nível de produção”. (1999, p. 34)

No Brasil a exemplo do que ocorre em alguns países, está se propondo que o Estado saia do cenário como regulador das relações trabalhistas. Propõe-se limitar sua atuação nas políticas sociais mais restritivas como a aposentadoria ou o seguro desemprego, e deixando as negociações coletivas por conta do livre mercado e a responsabilidade por qualquer desgraça do mercado por conta do trabalhador (Mattoso, 1999, p. 70).

Para Dedecca,

“A menor intervenção do Estado nas relações de trabalho completou o processo de flexibilização buscado pelas empresas. Se, por um lado, estas forçaram a eliminação ou a forte redução das normas públicas de controle sobre as demissões e contratação de mão-de-obra, de limitação da contratação de trabalho em tempo parcial e temporário, de determinação geral sobre a jornada de trabalho e de ordenação das políticas salariais (salário mínimo e indexação dos salários), por outro, exigiram que o Estado reduzisse também os encargos sociais” (1999, p. 33)

Esta maior flexibilidade pode aumentar o desemprego formal ou deixar os postos existentes mais vulneráveis, pois como há uma maior facilidade de contratar e dispensar força de trabalho, o emprego formal varia muito ao longo dos períodos, determinado pelo ritmo das vendas e da produção.

Assim, rebaixar os padrões mínimos da força de trabalho com remuneração baixa não é a melhor saída para enfrentar os problemas de desemprego ou a competitividade, uma vez que no Brasil já há uma certa flexibilidade e que, no entanto, não avança para aumentar postos de

trabalho. “Caminhar nessa direção é permitir que os empregadores se adaptem à pressão competitiva pelas linhas de menor resistência, o que não necessariamente conduz a uma posição competitiva mais sólida” (Baltar, 1998, p. 158).

CAPÍTULO III – A ECONOMIA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX.

3.1 Introdução

As mudanças ocorridas na economia brasileira da década de 1990 foram sem dúvida um marco para a história econômica nacional. As políticas econômicas adotadas, o nível de estabilização econômica alcançado, o grau de inserção da economia no mercado internacional e as mudanças ocorridas no sistema produtivo e no mercado formal de trabalho, contribuíram para impor uma nova ordem e um novo cenário econômico ao Brasil.

Dessa forma, o capítulo tem como objetivo identificar e analisar brevemente a economia brasileira na década de 1990. Para tanto, será necessário abordar a economia brasileira a partir de 1970, pois se entende que os eventos econômicos ocorridos a partir desse período, juntamente com as mudanças no cenário internacional, desencadearam a forma como ocorreram as mudanças na economia e no mercado de trabalho nacional nos anos de 1990.

Assim, o capítulo abordará o cenário econômico brasileiro na década de 1980 o processo econômico na década de 1990 em diante, com destaque para as políticas econômicas do período como abertura comercial, desregulamentação financeira, ajuste fiscal, reestruturação do sistema produtivo nacional e os impactos dessas mudanças sobre o mercado de trabalho.

3.2 A economia brasileira a partir de 1970

A economia brasileira apresentou nas últimas décadas um ambiente de grandes dificuldades econômicas. Essas dificuldades foram desencadeadas pelas intensas transformações econômicas e políticas e que contribuíram para o fraco desempenho da economia nacional nas últimas décadas, assim como, para as políticas econômicas implantadas nesse mesmo período (Saretta, 2002).

A década de 1970 é vivida com a tentativa de impor um ritmo de crescimento econômico semelhante ao vivido na década anterior. A economia brasileira manteve bom desempenho, mas sem grandes mudanças no mercado de trabalho que ainda mantinha-se aquecido em decorrência das políticas de crescimento econômico com endividamento externo.

Até o início da década de 1980 a economia brasileira tinha elevado protecionismo. Uma economia voltada à industrialização com substituição de importação e extremamente fechada ao comércio internacional. Até então se buscava o crescimento econômico através dos superávits da balança comercial, assim como através do forte incentivo à indústria pesada, principalmente nos períodos de crise internacional, como foi o caso choque internacional do preço do petróleo.

Sendo assim, após décadas de grande crescimento econômico, a economia brasileira entra em num período de crises e reestruturação a partir de 1980. Essa reestruturação é na área macroeconômica como microeconômica ocorrendo em consequência das políticas de substituição de importação do II PND da década de 1970, conjugada aos problemas dos choques do petróleo de 1973 e 1979, resultando em inflação crônica, crise fiscal e de balanço de pagamentos na década de 1980 (Lages, 1998, p. 749).

No entendimento de Dedecca (1999, p. 20), a década de 1980 apresentava desequilíbrios macroeconômicos referentes aos déficits públicos, aos desequilíbrios da balança comercial, à inflação elevada e ao desemprego. No âmbito dos desequilíbrios microeconômico apresentava problemas quanto à produtividade, às pressões dos custos, provocada pelos elevados preços dos insumos e da força de trabalho, assim como, a falta de investimento pesados na produção.

Sendo assim, a primeira metade da década de 1980 é praticamente vivida com a tentativa de equacionar os problemas do Balanço de Pagamento, desistindo de qualquer política industrial ou de gasto público. A segunda metade da década de 1980 é vivida com a tentativa de estabilização econômica. Através de planos econômicos procurava-se frear a inflação que foi desencadeada pelos desequilíbrios fiscais contraídos no período anterior.

Esses planos econômicos (Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão) não conseguiram estabilizar a economia e equilibrar o sistema produtivo. Contribuíram, na verdade, para a intensa desindustrialização, para a falta de investimento, haja vista a deterioração das contas do Estado, e para a migração do capital privado para o sistema financeiro jogando milhares de trabalhadores no mundo do desemprego.

Na visão de Nicolau,

Esse ambiente de instabilidade condicionou o comportamento dos agentes econômicos, que se caracterizou tipicamente por estratégias de curto prazo de reação e adaptação que lhes permitissem a sobrevivência nesse ambiente. Assim, diversificação produtiva para reduzir riscos, desvio de

recursos para aplicações financeiras na busca de rentabilidade, elevação dos gastos administrativos devido à necessidade de constante revisão de preços, entre outras práticas observadas na indústria brasileira nos anos 80, contrastavam com o movimento de reestruturação tecnológica nos processos produtivos que ocorriam nos principais países industrializados (2002, p. 12).

Na análise de Cardoso Jr (2001, p. 15), a década que precede as grandes e importantes mudanças econômicas na economia brasileira pode ser caracterizada como uma economia estancada aos fluxos internacionais financeiros, uma economia com altas tarifas de importação e período voltado aos altos saldos comerciais, uma economia com inflação e instabilidade macroeconômica e uma economia com excedente de mão-de-obra e com ciclos de recessão econômica.

No mercado de trabalho os impactos negativos foram grandes. Através da redução da produção doméstica e da falta de investimentos por parte do Estado os níveis de desemprego aumentaram e as condições sociais e salariais deterioraram-se. Para Mattoso e Baltar (1997, p. 21) o nível de emprego reduziu bastante na década de 1980 após três décadas anteriores de intenso nível de emprego.

Logo, se em 1980 o mercado de trabalho apresentava-se como um problema grave na economia brasileira dada as condições inflacionárias e de desequilíbrio fiscal (com elevados níveis de rotatividade e baixos níveis salariais), a partir da década de 1990 o mercado de trabalho nacional deteriorou-se ainda mais (Mattoso; Baltar, 1997, p. 21). Pois, a partir da alteração da estrutura produtiva aliada ao baixo crescimento econômico, houve uma baixa taxa de geração de empregos formais e a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho.

3.3 A economia brasileira na década de 1990

A economia brasileira na década de 1990 surge com mudanças que se iniciaram no final da década de 1980 e que fizeram parte de um contexto internacional de políticas econômicas. Foi um período de mudanças intensas no sistema produtivo, no mercado de trabalho e, principalmente, na questão monetária, a partir da estabilização da economia.

A década de 1990, segundo Baumann (1999, p. 18), “representou uma virada na história econômica do país”. A partir do final da década de 1980 o Brasil surge como uma economia com um grau expressivo de abertura ao comércio de bens e capital internacional, e simultaneamente com uma forte redução das funções do Estado, ambas importantes para a bem sucedida estabilização econômica alcançada mais tarde com o Plano Real.

Por isso, a década de 1990 costuma ser dividida em dois períodos distintos na economia nacional. O primeiro, de 1990 a 1994, destaca-se com a intensificação do processo de abertura comercial, mas com um cenário de instabilidade e alta inflação e baixo crescimento do PIB. O segundo, de 1995 até os dias atuais, corresponde ao período de vigência do Plano Real e que se caracteriza nos quatro anos iniciais com altas taxa de importações e redução da produção interna (Nicolau, 2002, p. 12)

Em geral a década de 1990 foi um período de intensas mudanças estruturais em nível mundial e que impuseram mudanças como a reestruturação produtiva, a liberalização financeira e comercial e a reestruturação do mercado de trabalho, visando adaptá-la às transformações da revolução tecnológica do mercado internacional, expandidas através da globalização de mercados.

Essas mudanças tiveram como pressuposto o receituário do Consenso de Washington, que pressupunha a acentuação do papel do mercado na economia e o papel de mínima interferência do Estado, bem como a estabilidade econômica. Para Carcanholo, o Consenso de Washington,

“se traduz na idéia de que a estabilização deve vir necessariamente acompanhada da implementação de reformas. Dentre as propostas, tem-se a disciplina fiscal, que visaria a obtenção de um superávit primário e de um déficit operacional de no máximo 2% do PIB.(...) Outra proposta seria a manutenção de uma disciplina monetária e a desregulamentação financeira interna para liberalizar o financiamento, com o objetivo final de obter uma determinação da taxa de juros via mercado, mas com uma taxa real moderada” (2000, p. 05).

Observa-se que com o advento do Plano Real e das políticas neoliberais, que permitiram o livre mercado de bens e capitais e a participação mínima do Estado na economia, houve o acirramento da concorrência dos produtos nacionais, deixando frágil e exposto o sistema produtivo do país. Assim como, o mercado de trabalho encontrou-se reduzido e precarizado para satisfazer os interesses das empresas, na maior parte do período.

Na verdade, através do Plano Real, vivido a partir de 1994 e associado à valorização cambial e aos juros altos num primeiro momento, conseguiu-se a estabilização econômica, mas conseguiu, também, intensificar o nível de concorrência do mercado brasileiro no mercado internacional. A partir desse cenário a economia nacional entrou em fase de desaceleração e desestruturação produtiva, resultando em degradação das relações de trabalho (Lins, 2002, p. 185).

Esse cenário econômico vivido a partir de 1990 apresentou melhores condições após o ano de 1999 com a mudança na política cambial que retraiu as importações e direcionou novamente o comércio para o mercado interno, além de possibilitar a melhora dos saldos comerciais. Mas, apesar de iniciar um processo de recuperação da economia com crescimento econômico, o desemprego permaneceu alto e os setores de atividade econômica não apresentaram altas taxas de crescimento de vínculos formais.

Para se ter uma idéia, no período 1989-1995 o emprego assalariado apresentou uma variação relativa de -1,41% a.a. O emprego assalariado sem registro cresceu em média 3,12% a.a, e o desemprego que era de 3,0% no ano de 1989, subiu para 6,4%, no ano de 1995. Além disso, a taxa de crescimento do desemprego nesse intervalo foi em média 16% a.a. (Pochmann, 1999, p. 75)

a) Abertura comercial

O processo de abertura comercial inicia-se em 1988 com a redução da tarifa média de importação de 130% vigente em 1987 para 15% em 1994. Esse processo intensifica-se também através da eliminação das barreiras não tarifárias e tarifárias com a expectativa de melhoria na eficiência da economia nacional, assim como a melhor alocação dos recursos e a inserção da economia no mercado competitivo internacional (Hidalgo, 2000, p. 02).

Esse processo elevou significativamente o coeficiente de importações, elevou a especialização dos setores produtivos, bem como, redirecionou a produção para o mercado

interno, haja vista que as exportações de bens elaboradas decresceram⁴. Contribuiu também, para o prejuízo da indústria doméstica, dada a ausência de políticas industriais e o acirramento da concorrência, e para o agravamento dos problemas relativos ao mercado de trabalho.

Para Cysne (1999, p. 63), a política de abertura de comércio teve pelo menos dois objetivos: primeiro objetivava facilitar a estabilização dos preços que assombrava a economia por longos períodos, requerendo desta forma, a captação de poupança externa, facilitada pela abertura comercial, para cobrir o déficit público haja vista a inexistência a partir do período do imposto inflacionário.

O segundo objetivo da política comercial era proporcionar a elevação da produtividade, através da ampliação da concorrência por parte das empresas nacionais frente ao cenário internacional, que a partir deste período teriam acesso livre para as suas mercadorias, e através da maior incursão de tecnologia e investimentos externos de risco.

A abertura comercial projeta-se como uma variável importante para a estabilidade de preços em economia com alta inflação, além de estimular a modernização dos parques industriais, visto que a importação de bens de produção aumentaria. Também, a modernização proporcionaria redução dos custos com mão-de-obra e maior rentabilidade, podendo haver maior competitividade frente aos produtos de consumo importados.

No entendimento de Baltar (1996, p. 102), a abertura indiscriminada da economia, agravada pelas altas taxas de juros e valorização da moeda nacional, contribuiu para corroer a estrutura de produção de diversas cadeias produtivas quando da possibilidade de integração ente cadeias, elevando as taxas de desemprego no país, bem como a intensificação da precarização das relações de trabalho.

Na visão de Tavares (1998, p. 126), a abertura comercial, da forma que ocorreu no Brasil, contribuiu para romper algumas cadeias produtivas, dadas o elevado coeficiente de importações que ocorreram no início da década. Na verdade, houve o aumento do desemprego estrutural pelo grau de desindustrialização que se traduz em menor coeficiente de valor agregado por unidade exportada.

Ao mesmo tempo em que a abertura comercial possibilitou a entrada de tecnologia contribuindo para aumentar a produtividade e reduzir preços, contribuiu também para deflagrar a

4 No tocante à abertura comercial, segundo Carcanholo (2000,Op. 12), foram eliminadas as restrições administrativas, as sobretaxas de importação e as isenções fiscais previstas nos regimes especiais de importação. As tarifas alfandegárias médias passaram de 33,4% no período 1988-1990,

precariedade das relações de trabalho. Pois, a mão-de-obra excedente e a custo reduzido é um dado importante e relevante, pois ela representa uma manobra para competir no mercado internacional (Baumann, 1996, p. 50).

b) Desregulamentação econômica

A desregulamentação de mercados e concorrência traduz-se na idéia de que a participação do Estado na economia deve ser limitada, devendo atuar como regulador e não como controlador do mercado. De acordo com esta idéia, a economia passa, então, a ser controlada e administrada mais eficazmente pelo mercado. Preços e alocações de recursos passam pela força dos mercados e não mais pela força do Estado.

O processo de desregulamentação econômica significou uma maior facilidade do fluxo de capital no sistema comercial internacional, assim como, possibilitou um fluxo de capitais destinados para investimentos de portfolio (fundos de renda fixos, fundos de privatização, entre outros), como um fluxo de investimentos diretos, destinados em boa parte para a aquisição das inúmeras empresas privatizadas a partir de 1994 (Cysne, 1999, p. 65).

No Brasil, a abertura financeira propiciou os fluxos de capitais necessários à cobertura do déficit em conta corrente existentes na economia brasileira a partir do período de estabilização econômica (Cysne, 1999, p. 91). No entanto, através dessa reversão dos recursos em sua grande maioria para os investimentos de portfolio, essa política contribuiu para a paralisia da economia nacional no período e para a depressão do mercado de trabalho.

Para Carcanholo,

“A abertura externa à livre mobilidade de capitais é justificada por aquilo que se acredita sejam seus efeitos, como o aperfeiçoamento da intermediação financeira global entre poupadores e investidores, o que permitiria a canalização da poupança externa para os países com insuficiências de capital. Isso ajudaria também no financiamento compensatório de choques externos e, portanto, na estabilização do gasto interno de quem os sofresse. Uma outra justificativa apresentada é o aumento da eficiência do sistema financeiro internacional, dado pela concorrência entre agentes residentes e não-residentes” (2000, p. 5).

Segundo esse autor, a desregulamentação dos mercados no Brasil como em países emergentes se desdobrou em sobrevalorização cambial, elevação do endividamento público e aumento nos déficits dos balanços de pagamentos. Isso por sua vez comprometeu as condições de crescimento econômico e a capacidade do setor produtivo destes países de gerar postos de trabalho.

A adoção dessa política no Brasil contribuiu para intensificar concorrência dos setores produtivos. Como resultante, criou-se um ambiente de tendência a redução de custos para uma sobrevivência confortável no mercado e para recuperação de rentabilidade de investimentos. Como consequência verifica-se a deterioração do mercado de trabalho através da intensificação da precarização das relações de trabalho (Mattos, 2001, p. 101).

A liberalização financeira permitiu ao capital migrar de um espaço para o outro em escala mundial, sem a distinção de sistema produtivo e com um alto nível de competitividade. Com isso foi possível a ampliação dos mercados, as aquisições e fusões em grande escala, assim como a busca constante de áreas que oferecem maiores condições de realizações de lucros (Carvalho, 1999, p. 127). No entanto, não desencadeou um processo de crescimento econômico sustentado capaz de barrar as taxas de desemprego.

O processo de desregulamentação financeira e comercial para o país abriu margem para uma economia vulnerável na década de 1990, sendo que a qualquer mudança no cenário financeiro internacional há um desequilíbrio interno capaz de causar crises nefastas ao sistema produtivo nacional, com reflexos imediatos sobre o mercado de trabalho.

A dependência da economia brasileira, como as demais economias latino-americanas, aos fluxos de capitais internacionais dificultou a construção de uma estrutura produtiva forte e organizada, assim como, impossibilitou a formação de mercado formal de trabalho menos precarizado, em termos de relações trabalhistas.

c) O ajuste fiscal

O ajuste fiscal no Brasil fez parte do receituário do Consenso de Washington imposto aos países com desequilíbrio econômica na década de 1990. Consistiu em um rigoroso controle das contas públicas, redução do déficit público, venda de ativos através da privatização das principais empresas e um empenho fiscal em cumprir metas de gastos e de alocação dos recursos. Tudo isso em conjunto com o processo de estabilização econômica vigente a partir de 1994.

O desajuste das contas públicas e o descompasso entre demanda e capacidade pública de contê-la produziu até o início da década de 1990, no desenfreado processo de aumento de preços (Além; Giambiagi, 1999, p. 106). Além disso, esse processo contribui para o desequilíbrio em nível microeconômico e para o agravamento das condições sociais e de emprego.

Ajustar a economia através da reforma fiscal era fundamental para estabilizar a economia e para fomentar o crescimento econômico. Sem esse ajuste a condição de dívida pública crescente contribuiria para o retardamento da acumulação de capital e para um crescimento econômico sustentado (Rigolon; Giambiagi, 1999, p. 113).

O processo de privatização das empresas estatais a partir do final dos anos de 1980 foi um fator importante para a realização do ajuste fiscal, bem como para o processo de estabilização econômica a partir de 1994. Pois, a transferência dos ativos estatais para o setor privado contribuiu para a redução do déficit dessas empresas e a redução das despesas do governo. Também constituiu um importante recurso de aumento das reservas cambiais para sustentar o Plano Real.

3.4 A reestruturação produtiva e o mercado de trabalho no Brasil

a) A reestruturação produtiva

Até os anos de 1980 o Brasil não apresentava as condições para realizar um modelo de desenvolvimento baseado nas economias centrais, por exemplo. As condições internacionais e a crise interna limitaram o poder de iniciar um processo de reestruturação produtiva amplo. Também na década de 1980 verifica-se a desestruturação do sistema produtivo nacional construído no período anterior.

Dessa forma, a reestruturação produtiva brasileira na década de 1990, parte em princípio do esgotamento do processo de substituição de importações para ascensão do processo de industrialização apoiada no novo paradigma tecnológico. Para que essa reestruturação ocorresse foi necessário a ampliação do mercado interno, através da desregulamentação comercial, e a maior integração internacional na busca de maior competitividade industrial, agrícola e de serviços (Barat, 1999, p. 152)

De acordo com Antunes,

“Com a abertura comercial agressiva, nossa indústria, que vivia num contexto de grande proteção frente à concorrência estrangeira, passa a

enfrentar uma pressão competitiva gigantesca, ainda mais numa situação de câmbio valorizado e juros internos elevados. Isto tornou uma substantiva desnacionalização do parque produtivo inevitável, colaborando sobremaneira com a especialização regressiva” (2002, p. 20).

O Brasil assistiu nos últimos anos a um processo de modernização do parque industrial, propiciado principalmente pela abertura comercial que impulsionou a importação de tecnologia. Mas na inexistência de um programa apoio à indústria nacional, pode-se dizer que houve uma desestruturação, pois a intensificação da concorrência internacional prejudicou algumas indústrias de modo que as menos preparadas ao novo cenário não apresentaram uma boa evolução produtiva.

A partir desse momento intensificou-se no Brasil um processo decomposição do mercado formal de trabalho. Alguma das características desse processo é o crescimento das contratações por tempo determinado e parcial; a liberdade das empresas para organizar determinar as relações trabalhistas e a remuneração por princípios qualitativos do trabalhador e não pelas horas contratadas.

Verifica-se que a introdução do modelo de produção japonês no Brasil intensificou-se a partir do início dos anos 90. Essa nova forma de organização deu-se para buscar mais competitividade, maior redução de custos e melhor qualidade nos produtos. No entanto, as mudanças nas relações de trabalho podem ser sentidas diretamente nas tarefas dos trabalhadores, que passaram a ter mais funções, maior exigência quanto a qualidade e maior capacitação (Araújo Jr, 2003).

As mudanças nas formas organizacionais observadas são introdução do processo de terceirização e a intensificação do processo de subcontratação⁵. Resultando, dessa forma, na redução do peso da indústria de transformação do mercado formal de trabalho e um aumento do peso dos serviços. Esse processo pode ser através da compra completa ou parcial de unidades produtiva, onde a empresa contratante compra produtos de outra empresa para complementar a

5 De acordo com Pereira (op. cit., p. 116), “O trabalho subcontratado parece hoje uma tendência mundial nos mais diversos ramos industriais. Ao invés de participarem diretamente de todas as etapas da cadeia de produção (verticalização), as grandes empresas têm procurado voltar-se para um modelo de produção descentralizado, caracterizado pela fabricação de pequenos ou médios lotes de mercadorias não padronizadas, pela manutenção de baixos estoques de matérias-primas e pela substituição de máquinas e instalações maiores por outras de menor porte. A subcontratação do trabalho, vista por este ângulo, faz parte de uma estratégia empresarial de flexibilização da produção, que procura associar o aumento da produtividade decorrente da automação a um novo tipo de trabalhador – mais escolarizado, participativo e polivalente – capaz de ajustar-se às necessidades da grande empresa em competir em qualidade e diferenciação do produto”.

sua produção, ou através da contratação para serviços dentro da empresa como serviços de vigilância, transporte, etc.

A intensificação desses processos de flexibilização e reestruturação da produção a partir do novo modo de produção está associada a fatores como ganhos produtivos, redução de encargos trabalhistas, pois a empresa contratante terá maior flexibilidade durante os ciclos produtivos transferindo para a empresa contratada e para os trabalhadores os custos destes, assim como, melhor controle produtivo, entre outros (Araújo Jr, 2003, p. 13).

b) O mercado de trabalho no Brasil

As políticas econômicas implantadas no Brasil na década de 1990 acabaram por impactar no sistema produtivo nacional, impondo uma reestruturação produtiva das empresas. Essa reestruturação ocorreu em resposta ao forte nível de concorrência que se instalou no período a partir das mudanças estruturais na economia nacional e internacional com destaque para a introdução do novo paradigma tecnológico no sistema produtivo, o livre fluxo de bens e capital, o abandono do câmbio fixo das moedas e as crises econômicas recorrentes.

O mercado de trabalho, após a abertura e estabilização econômica, aparece no cenário nacional como um fator preocupante. Pois, a partir da mudança no cenário econômico, com intensa abertura comercial, desregulamentação comercial e financeira e ajuste fiscal, houve mudanças estruturais da demanda de mão-de-obra, inadequação da demanda para a oferta de mão-de-obra e aumento das taxa de desemprego ao longo do tempo (Camargo; Néri; Reis, 1999, p. 256).

O acirramento da concorrência intercapitalista observada nos últimos anos impulsionou mudanças tecnológicas e organizacionais, sobretudo nos países industrializados, têm se enfeixado em forte processo de reorganização produtiva. A concorrência acirrada tem levado as empresas a adotarem políticas produtivas e organizacionais que melhorem o rendimento produtivo, as condições de competitividade e a elevação dos ganhos produtivos (Lins 1998, p. 09).

De acordo com a tabela 1, fica claro que na maior parte do período houve uma deterioração do mercado de trabalho brasileiro. Através da taxa média anual de desemprego

aberto observa-se, principalmente no ano de 1992, o aumento do desemprego pelo cenário nacional de recessão e crise econômica causada pela crise política da era Collor. A partir desse período verifica-se a redução das taxas até o ano de 1995, quando da implantação do Plano Real e da intensificação da abertura comercial, desregulamentação de mercados e principalmente o início do período do câmbio favorável.

Tabela 1: Distribuição da taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas do país no período de 1991 a 2002.

Ano	%
1991	5,24
1992	6,14
1993	5,75
1994	5,44
1995	4,96
1996	5,81
1997	6,14
1998	8,35
1999	8,26
2000	7,85
2001	6,83
2002	7,88

FONTE: IPEADATA

Segundo Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewiski (1999, p. 32), “com abertura, a estabilidade de preços e a valorização do câmbio, o custo relativo do capital caiu muito, estimulando a substituição de mão-de-obra por máquinas. Elevados custos extra-salariais e o custo contingente de precisar ir a justiça do trabalho elevam o valor relativo da mão-de-obra do ponto de vista do empregador e contribuem para torná-la relativamente cara”

No entanto, esse discurso não contempla o baixo dinamismo da economia brasileira nos últimos anos como ator fundamental para a geração de postos formais de trabalho. Como argumentam os autores,

“a legislação brasileira tem sido apontada por parte dos especialistas em questões de mercado de trabalho como um empecilho à maior absorção de mão-de-obra pelas empresas no Brasil. (...) Sem querer negar a importância dessa discussão, cabe salientar, contudo, que em primeiro lugar, isso afeta mais o mercado de trabalho formal que o nível de emprego como um todo e, em segundo, que a legislação trabalhista não se tornou mais rígida nos últimos anos, motivo pelo qual é pouco provável

que ela seja a causa principal do aumento do desemprego depois de 1995” (Pinheiro; Giambiagi; Gostkorszewski, 1999, p. 32).

Tabela 2: Distribuição da frequência de ocupação média anual nas regiões metropolitanas no período de 1991 a 2002

Ano	Frequência	Varição 1991=100
1991	15.081.231	100
1992	14.992.108	99,41
1993	15.202.711	100,81
1994	15.536.920	103,02
1995	15.986.912	106,01
1996	16.335.430	108,32
1997	16.383.012	108,63
1998	16.341.129	108,35
1999	16.385.228	108,65
2000	17.082.931	113,27
2001	17.347.049	115,02
2002	17.647.284	117,01
Taxa de cresc	1,48*	

FONTE: IPEADA

* Nível de significância de 5%.

Outro indicador que reflete essas condições econômicas do país, bem como as condições do mercado de trabalho, é a taxa de ocupação. Observa-se através da tabela 2 o comportamento da parcela média anual de população economicamente ativa ocupada no Brasil no período de 1991 a 2002. Fica claro que a mesma apresentou uma baixa taxa de crescimento no período, algo em torno de 1,48%. O crescimento total das ocupações no período foi de 17,01%.

Para Pochmann (1999, p. 302), o direcionamento das políticas macroeconômicas na década de 1990 para o combate da inflação restringiu ações favoráveis à geração de empregos. Nessa esfera verifica-se a ausência de políticas de empregos, política industriais que aquecessem o setor e gerasse empregos, ocupações e políticas regionais que contribuíssem para o crescimento econômico levando em consideração os aspectos regionais do país.

CAPÍTULO IV – ASPECTOS ECONÔMICOS E DO MERCADO DE TRABALHO DE SANTA CATARINA

4.1 Introdução

O objetivo desse capítulo é apresentar uma breve discussão sobre os aspectos econômicos e do mercado de trabalho de Santa Catarina, destacando-se questões regionais, econômicas, populacionais e referentes ao mercado de trabalho.

Para tanto se estruturou o capítulo em três seções. A primeira parte apresentará os aspectos da formação econômica catarinense. A segunda abordará uma análise descritiva sobre as características da distribuição regional do Estado com destaque para a base produtiva de cada região do Estado com o intuito de identificar as principais atividades econômicas e aquelas que mais empregam mão-de-obra formal. A terceira parte destacará aspectos da população catarinense, destacando a frequência de população economicamente ativa existente no Estado.

4.2 Formação econômica catarinense

A formação econômica de Santa Catarina foi impulsionada por aspectos endógenos e exógenos no período posterior à primeira guerra mundial. Tem-se que esse evento impulsionou o intercâmbio de produtos catarinenses pelo país. Mais tarde, seguindo a lógica nacional de desenvolvimento pós-segunda guerra, bem como a ordem capitalista internacional, o Estado contribuiu para o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse momento há um aumento da participação do setor industrial na economia catarinense e também uma intensificação da ocupação da população catarinense nesse setor (Cario, 1995, p. 60).

A partir de 1960 verifica-se no país e em Santa Catarina o processo de modernização da agricultura através da mecanização dos processos agrícolas e da utilização de tecnologia genética e química para culturas do setor. Há também a partir desse período a ampliação da

fronteira agrícola e a intensificação da expulsão de trabalhadores rurais para a área urbana, principalmente pequenos agricultores, contribuindo para aumentar as massas periféricas dos grandes centros.

Essa dinâmica contribui para o excedente de trabalhadores necessários à indústria de transformação que se encontrava em ascensão. De um lado, essa indústria de transformação propiciou a expropriação de trabalhadores da terra e, por outro, ela os absorveu nos centros urbanos para trabalhar nas grandes fábricas que se expandem. São exemplos a indústria têxtil do vale do Itajaí, a indústria carbonífera da região de Criciúma, a indústria moveleira de São Bento do Sul e a indústria metal mecânica de Joinville.

É a partir da década de 1970 que a estrutura produtiva de Santa Catarina, principalmente a indústria de transformação, tem sua completa integração. Nesse período há uma integração dos diversos segmentos do espaço geográfico estadual. A partir desse período inicia-se a expansão, diversificação e ascensão de diversas empresas em várias indústrias, como a metal mecânica, ocorrendo uma mudança na estrutura produtiva de modo que sai da produtiva tradicional dos têxteis (Vieira Filho, 1986, p. 37).

De acordo com Cario,

“A base da formação econômica de Santa Catarina está em função do dinamismo do empreendedor, enquanto ator principal, associada a outros determinantes conjunturais e estruturais como distribuição espacial satisfatória, diversificação equilibrada e adequação de uma estrutura geoeconômica das condições físicas existentes” (1995, p. 63).

Dessa forma, tanto setor agropecuário como industrial, comercial e de serviços foram se transformando ao longo do tempo acompanhando a lógica da acumulação capitalista que exerceu seu poder no sistema produtivo nacional. Destaca-se também a grande influência das forças colonizadoras, que com uma ideologia de trabalho, desenvolveram o marco produtivo existente no Estado.

Assim, a estrutura atual de Santa Catarina é a de um Estado que apresenta uma maior participação da indústria de transformação na composição do produto interno, respondendo por 35,5% do produto. Por sua vez, outra atividade importante na composição do produto estadual são as atividades agropecuárias que respondem por 12,85% do produto (Nicolau, 2002, p. 19).

Essa estrutural industrial, por sua vez, é caracterizada pela diversidade setorial e com a presença de um elevado número de pequenas e médias empresas. Todavia, essa estrutura segue

produzindo lado a lado com empresas de grande porte que são destaques no cenário nacional. Ainda, vale destacar que essa estrutura produtiva é caracterizada pela homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado, como será visto mais adiante (Campos, et al, 2002, p. 113.)

Mais adiante, nas décadas de 1980 e 1990, a economia catarinense seguiu os eventos ocorridos na economia nacional de modo que apresentou períodos de ajustes e crises, assim como, períodos de reestruturação produtiva frente ao novo cenário internacional. Buscou também formas de crescimento que, sem dúvida, refletiram sobre as formas de ocupação da população e sobre o comportamento do mercado formal de trabalho.

Observa-se que na primeira década a economia catarinense apresentou um crescimento médio de 4,1% a.a. contra um crescimento de 2,2% a.a. do produto nacional. No período de 1990-1997, o crescimento do produto estadual foi de 2,9% a.a, ou seja, inferior ao crescimento médio da década perdida que foi a década de 1980 (Nicolau, 2002, p. 19).

4.3 Características econômicas regionais

A distribuição regional de Santa Catarina compreende seis mesoregiões com aspectos produtivos distintos. A região Oeste Catarinense direciona sua atividade econômica e seu mercado de trabalho para o setor agroindustrial. Há na região um grande potencial agrícola de modo que se destaca na região uma importante indústria para a composição do produto estadual, qual seja, a indústria de alimentos, que é uma das maiores do país no segmento de carnes de aves e suínos.

A região Norte Catarinense destaca-se na extração vegetal, com ênfase na extração da madeira e da erva-mate. Porém, é no setor secundário que a região ganha maior relevância, pois concentra duas das indústrias com maior peso na formação do produto estadual. Destaca-se a indústria do mobiliário e a indústria metal-mecânica, respectivamente localizadas nas cidades de São Bento do Sul e Rio Negrinho e Joinville.

Dentro dessa região destacam-se as indústrias mais dinâmicas do setor da metalurgia como a indústria de bens de capital e material elétrico. Na análise de Cario (1995, p. 69),

aproveitou-se da qualidade técnica da região, das características de colonização voltadas para essa atividade, bem como da estrutura produtiva e de desenvolvimento voltada para bens de consumo duráveis e semiduráveis para transformar a região em um importante pólo industrial.

A região Sul Catarinense formou sua estrutura produtiva baseada no potencial natural da região, qual seja, no carvão mineral. Durante muitas décadas a principal atividade econômica da região foi à ligada à atividade extrativa mineral. Paralelamente a esta atividade surgiram as atividades da indústria cerâmica branca e de revestimento, uma das mais importantes no país, e que atualmente é a indústria de maior peso para a economia da região, quanto para a formação do produto e mercado de trabalho catarinense.

De acordo com Goularti (2003, p. 49, “o impulso às atividades cerâmicas veio nos anos 1970 e início dos 1980, com a política de crédito patrocinada pelo Banco Nacional de habitação(...). Já em 1990 destaca-se também na região outro importante indústria, em termos de produto e nível de emprego, é a indústria de materiais plásticos, com destaque para a indústria de embalagens e descartáveis.

Na região do Vale do Itajaí destaca-se a indústria tradicional do sistema produtivo catarinense, a indústria têxtil. A região concentra as maiores empresas do setor em nível nacional, demonstrando a importância do setor na economia local. Essa estrutura produtiva é influenciada pela formação cultural da região, sobretudo vinda da colonização alemã.

A região da Grande Florianópolis está fundamentada nas atividades de comércio e serviços e em menor proporção, quando comparada com outras regiões, na indústria de transformação. Destacam-se atividades de comércio, principalmente o varejista, e atividade de serviços. Mas é na administração pública que a região ganha maior destaque. Por comportar o centro administrativo do Estado, o município de Florianópolis, a região tem nas atividades de administração maior importância.

Na Região Serrana destacam-se também nas atividades econômicas da extração da madeira e da indústria de celulose e papel. Ganham relevância, ainda, a atividade agrícola permanente, como a cultura da maçã, e a atividade econômica da pecuária extensiva, uma importante atividade para a formação do produto da região.

4.4 Características da população catarinense

4.4.1 PEA

A estrutura do mercado de trabalho e a formação da força produtiva catarinense estão ligadas às mudanças ocorridas na economia brasileira no século XX, mais precisamente a partir de 1970, uma vez que se intensificou o processo de crescimento da população urbana em detrimento da população rural. O esgotamento da fronteira agrícola constituiu um excedente de população no meio urbano, via migração, que foi alocado principalmente, na indústria de transformação.

Nos últimos anos ficou claro que a indústria de transformação não está conseguindo absorver o excedente de mão-de-obra vindo do setor primário. A contração e a modernização dessas atividades, como é o caso do complexo carbonífero na região Sul e a intensificação da automação da atividade agrícola, respectivamente, está contribuindo para que haja em Santa Catarina uma parcela excedente que não está alocada no mercado formal de trabalho.

Tabela 3: Distribuição da PEA absoluta e da PEA relativa de Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2002.

Ano	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Absoluto	%	Absoluto	%	
1991	1.308.434	66,19	668.445	33,81	1.976.879
1992	1.447.758	60,14	959.700	39,86	2.407.458
1993	1.473.080	60,24	972.306	39,76	2.445.386
1994	nd	nd	nd	nd	nd
1995	1.545.973	58,73	1.086.292	41,27	2.632.265
1996	1.494.526	59,49	1.017.654	40,51	2.512.180
1997	1.528.557	60,06	1.016.424	39,94	2.544.981
1998	1.543.949	57,49	1.141.860	42,51	2.685.809
1999	1.639.038	58,31	1.171.975	41,69	2.811.013
2000	1.590.196	59,28	1.092.159	40,72	2.682.355
2001	1.698.845	57,85	1.237.815	42,15	2.936.660
2002	1.728.429	56,84	1.312.445	43,16	3.040.874
Cresc total(%)	32,10		96,33		53,8

FONTE: Síntese Estatística/IBGE e Censo Demográfico/IBGE.
Crescimento Total=(Frequência 1991/Frequência 2002)*100.

Na distribuição da população economicamente ativa de Santa Catarina no período de 1991 a 2002, segundo a tabela 3, identifica-se o comportamento das pessoas ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa no Estado de Santa Catarina e que estão disponíveis para atender formalmente e informalmente a demanda produtiva. É possível verificar, também, como se comportou ao longo da década de 1990 a PEA catarinense, podendo identificar-se possíveis momentos de aceleração e desaceleração da PEA.

Fica evidente que a população economicamente ativa de Santa Catarina teve um incremento médio 96.727 de pessoas ao ano no intervalo de 1991 a 2002. Isto significa dizer que Santa Catarina assistiu, neste período, a um aumento significativo de pessoas trabalhando, no mercado formal e informal, ou procurando emprego. Em 1991 o Estado tinha uma PEA total de 1.976.879 pessoas. Já em 2002 esse número passa 3.040.874 pessoas. Isso mostra que a população economicamente ativa do Estado cresceu no período cerca de 53,8%. Neste intervalo de tempo é possível notar que a distribuição da PEA está composta em sua maioria pelo gênero masculino. No início da década percebe-se uma participação relativa de 66,19% para o gênero masculino e 33,81% para o gênero feminino. Porém, em 2002 verifica-se a redução da taxa de participação do gênero masculino para 56,84% e aumento da taxa de participação do gênero feminino para 43,16%.

Fica claro ainda que no período houve uma disposição maior do gênero feminino para engajar-se no mercado de trabalho. De fato há um crescimento maior para esse gênero na PEA em comparação com o gênero masculino, pois o feminino teve um crescimento total de PEA de 96,33% de 1991 a 2002 enquanto o masculino cresceu um total de 32,10% no mesmo período.

De acordo com Barros et al (2001, p. 07), a diferença na inserção de homens e mulheres com mesmas características produtivas no mercado de trabalho podem ocorrer por três motivos: pelo tempo para trabalhar em atividades realmente laborais (mulheres demandam mais tempo para cuidar dos filhos ou para fazer atividades domésticas); pela discriminação salarial pura e simples entre homens e mulheres (na hipótese onde a mulher é remunerada com valores menores) e pela condição de que podem diferir quanto ao estoque de capital, sendo vistos como diferentes fatores de produção.

4.4.2 PIA e PNEA

Na década de 1990, através da tabela 4, que mostra a distribuição da PIA e PNEA e a taxa de participação PEA/PIA e PNEA/PIA, observa-se que houve um aumento significativo da proporção PEA/PIA, que passou de 56% em 1991 para 66,1% em 2002. Isto significa que no decorrer do período um maior número de pessoas passaram da condição de não economicamente ativas para a de economicamente ativa. Houve uma diminuição das pessoas inativas ou afastadas por desalento.

Tabela 4: Distribuição da PIA, PNEA e da taxa relativa PEA/PIA e PNEA/PIA de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Ano	PIA	PNEA	% PEA/PIA	% PNEA/PIA
1991	3.528.673	1.551.794	56,0	44,0
1992	3.653.173	1.239.473	65,9	33,9
1993	3.699.086	1.252.530	66,1	33,9
1994	nd		nd	
1995	3.845.441	1.210.890	68,5	31,5
1996	3.942.193	1.422.973	63,7	36,1
1997	3.953.011	1.408.030	64,4	35,6
1998	4.090.936	1.405.127	65,7	34,3
1999	4.174.356	1.363.343	67,3	32,7
2000	4.374.244	1.691.889	61,3	38,7
2001	-	-	-	-
2002	4.598.953	1.558.079	66,1	33,9
Crescimento Total (%)	30,01	40,2		

FONTE: Síntese Estatística/IBGE e Censo Demográfico/IBGE.

Participação %PEA/PIA e %PNEA/PIA=Freqüência PEA e PNEA_n/PIA_n.

Crescimento Total = (Freqüência 2002/Freqüência 1991) * 100.

Percebe-se claramente pela tabela 4, que no intervalo 1991-2002 houve um aumento dos indivíduos em idade ativa que estão dispostos a praticar alguma atividade produtiva ou participar do mercado de trabalho. Isso reflete as condições econômicas encontradas no período, como a redução da renda do trabalhador e o aumento da taxa de desemprego⁶.

⁶ Segundo a análise de Carcanholo (2003, p. 13), "nos anos 90 os sinais de desestruturação do mercado de trabalho tornaram-se ainda mais evidentes. Observa-se nessa década um movimento de desassalariamento, provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro, que representavam 38,3% da PEA ao final da década de 80 e chegam a 26,5% em 1999. Chama a atenção também a forte elevação do indicador de precarização, que passa de 35,6% da PEA em 1991 para 42,7% em 1995, e 48,9% em 1999. Deve-se notar que, embora todos os componentes do indicador tenham contribuído para a sua elevação, o item desempregado o fez em maior proporção. Desassalariamento, precarização e desemprego parecem ter sido as palavras de ordem na implantação do projeto neoliberal para o mercado de trabalho no Brasil dos anos 90".

Fica claro através da tabela 4 que a PIA catarinense passa de 3.528.673 pessoas em 1991 para 4.598.953 pessoas em 2002. Isso significa uma taxa de incremento total da ordem de 30,01%, o que equivale a um aumento da participação absoluta da ordem 1.070.280 pessoas em idade ativa.

A PNEA obteve um incremento de 6.285 pessoas, o que equivale a uma taxa de incremento total no período da ordem da 40,2%. Já a taxa de participação PNEA/PIA passa de 44% em 1991 para 33,9% em 2002. Isso demonstra de que mais pessoas capacitadas ao trabalho estão se dispondo a trabalhar.

A taxa de participação PEA/PIA, também denominada de taxa de atividade, mostra o percentual de pessoas em idade ativa que participam no mercado de trabalho como pessoas ocupadas ou desocupadas. Verifica-se que a taxa de participação PEA/PIA aumentou no período de 1991 a 2002. Em 1991 observa-se uma participação relativa de 56%, enquanto em 2002 esse valor se amplia para 66,1%.

4.5 Aspectos do mercado formal de trabalho catarinense

Na tabela 5 é possível identificar períodos distintos no intervalo 1991-2002. Há período de decréscimo absoluto de PFT, como no intervalo 1991-1992 e 1993-1994, e períodos de crescimento absoluto de PFT, como no intervalo 1995-2002, observado no gráfico 1. No entanto, há um aspecto de instabilidade do mercado formal, o que permite dizer que as mudanças na economia nacional e as mudanças no mercado de trabalho impactaram diretamente no mercado formal de trabalho catarinense.

No intervalo 1991-2002 observa-se uma variação média anual de 36.259 PFT. Esse incremento médio anual está além das variações absolutas observadas no ano de 1991 a 1998, que não somente apresentou variações absolutas negativas como também variações discrepantes, como em 1994, que variou 57.942 PFT e em 1996, que variou 863 PFT. Nesse período específico, temos a crise econômica de 1992 e a entrada em vigor do Plano Real, em 1994, prejudicando o nível de produção e a geração de empregos.

Tabela 5: Distribuição dos PFT em Santa Catarina e da taxa de participação PFT/PEA no período de 1991 a 2002.

SC	Frequência	Varição Absoluta	Varição 1991=100	PFT/PEA
1991	836.766	-	100	42,3
1992	821.482	-15.284	98,2	34,1
1993	865.650	44.168	103,5	35,4

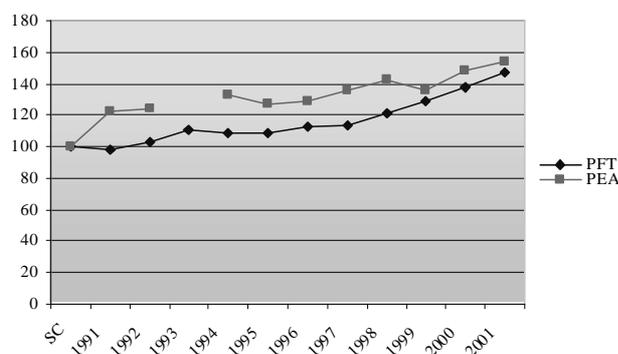
1994	923.592	57.942	110,4	
1995	908.745	-14.847	108,6	34,5
1996	909.608	863	108,7	36,2
1997	939.741	30.133	112,3	36,9
1998	947.016	7.275	113,2	35,3
1999	1.011.931	64.915	120,9	36,0
2000	1.077.929	65.998	128,8	40,2
2001	1.155.712	77.783	138,1	39,4
2002	1.235.612	79.900	147,7	40,6
Taxa de crescimento(%)	3,38*			
Varição média	36.259			

FONTE: RAIS/TEM

* Nível de significância de 5%.

Varição média = (Frequência_n - Frequência_{n-1}) / n-1.

Gráfico 1: Distribuição da frequência de PFT de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.



FONTE: RAIS/MTE.

A taxa de crescimento dos PFT no período de 1991 a 2002 foi de 3,38% a.a., sendo que em 1991 havia 836.766 PFT e, em 2002, esse valor passou para 1.235.612 PFT. Houve um incremento total de 398.856 PFT nesse intervalo. Parte desse aumento de PFT pode ser creditado ao aumento no número de estabelecimentos de atividade econômica que apresentaram um incremento total de 66.095 estabelecimentos no período, segundo informações do RAIS.

Quando comparado com a PEA catarinense nesse mesmo período, verifica-se que, em 1991, a taxa de participação dos PFT sobre a PEA catarinense foi da ordem de 42,32%; em 2002, essa taxa de participação se reduziu para 40,6%. Fica evidente também que entre 1991 e 2000, a participação PFT/PEA esteve sempre abaixo dos 40%, significando que houve constantes reduções da PEA fora do mercado formal de trabalho. Essa parcela de população fora do mercado formal de trabalho foi absorvida pelo mercado informal de trabalho ou foi passada à condição de desempregado.

Essa redução da taxa de participação mostra que no decorrer do período, mesmo havendo o incremento total de postos formais de trabalho na ordem de 47,7%, contra um crescimento de 53,88% da PEA, houve uma parcela de trabalhadores que não foi absorvida pelo mercado formal de trabalho. Isso significa que o crescimento dos

PFT não foi suficiente para absorver a população economicamente ativa que ingressou no mercado de trabalho, ou ainda aqueles que foram desligados de seus vínculos formais no decorrer do período.

CAPÍTULO V – COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

5.1 Introdução

O presente capítulo faz uma descrição do comportamento das principais variáveis relacionadas ao mercado formal de trabalho de Santa Catarina. Isso ocorre através da observação da frequência de PFT segundo grau de instrução, gênero, setores de atividade econômica, remuneração em salários mínimos e distribuição nas seis mesoregiões do Estado.

Dessa forma, na primeira parte será mostrado o comportamento do mercado formal de Santa Catarina segundo nível de escolaridade com o intuito de identificar as mudanças nas ocupações formais quanto à qualificação dos trabalhadores. A segunda abordará a análise do comportamento dos PFT segundo gênero de modo a identificar como está ocorrendo a inserção dos gêneros no mercado formal de trabalho nos últimos anos.

A terceira parte apresentará a análise do comportamento dos vínculos formais segundo os setores de atividade econômica. Será destacada a distribuição, ao longo do período, dos nove setores de atividade a fim de identificar e demonstrar quais os setores que mais liberaram e quais mais absorveram mão-de-obra.

A quarta parte abordará a análise do mercado de trabalho pela ótica da renda uma vez que será apresentado o comportamento dos PFT por faixa de remuneração em salários mínimos. Essa distribuição permitirá verificar se houve em Santa Catarina elevação da renda dos trabalhadores em salários mínimos. A quinta parte abordará a distribuição da frequência de PFT segundo a divisão geográfica do Estado em seis mesoregiões.

5.2 O mercado formal de trabalho segundo grau de instrução

De acordo com a tabela 6, fica evidente que de 1991 para 2002 o mercado formal de trabalho catarinense ampliou os PFT para a mão-de-obra com maior grau de instrução, em detrimento da redução dos PFT para mão-de-obra com menor grau de instrução. Houve um benefício para os trabalhadores mais qualificados, sobretudo daqueles pertencentes ao intervalo de nível de escolaridade entre 8ª série completa ao superior incompleto, que em 1991 absorviam 418.868 PFT contra 413.796 PFT do intervalo de analfabeto a 8ª série incompleta.

Fica claro também que os PFT com até quatro anos de estudos reduziram sua participação absoluta, enquanto que os PFT que compreendem mais de quatro anos de estudo, distribuídos em suas respectivas faixas, ampliaram sua participação absoluta. Isso mostra que no decorrer do período houve melhora, em termos de nível de instrução, no mercado formal de trabalho de Santa Catarina⁷.

Tabela 6: Distribuição da frequência dos PFT segundo grau de instrução em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Grau de Instrução	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Analfabeto	12.007	10.517	10.936	15.775	10.302	10.240	9.997	10.993	9.808	8.864	9.338	8.824
4ª série incomp.	65.086	60.374	56.660	58.115	59.384	65.210	53.827	48.332	46.087	44.276	42.752	41.704
4ª série comp.	196.286	186.179	186.308	189.056	173.566	178.584	161.493	151.949	148.281	145.777	143.296	138.287
8ª série incomp.	140.410	138.436	146.774	158.133	152.965	151.693	155.713	153.070	157.420	164.940	171.738	174.146
8ª série comp.	145.833	148.507	166.417	184.277	180.394	183.993	201.495	209.516	223.817	255.714	261.566	274.475
2º grau incomp.	64.150	72.492	78.791	78.038	78.911	71.463	81.129	84.695	95.348	106.574	116.541	127.409
2º grau comp.	117.992	110.967	121.502	139.781	142.075	143.604	163.671	174.104	194.163	221.030	256.202	297.392
Sup.r incomp.	24.320	35.011	35.274	25.772	27.134	25.275	28.370	29.283	31.163	35.245	42.810	48.174
Sup. comp.	66.566	53.437	58.450	73.146	77.204	73.186	81.188	84.581	105.843	95.509	111.469	125.201
Ignorado	4.102	5.490	4.086	1.499	6.810	6.360	1.825	493	1	0	0	0
Total	836.752	821.410	865.198	923.592	908.745	909.608	938.708	947.016	1.011.931	1.077.929	1.155.712	1.235.612

FONTE: RAIS/MTE.

Essa melhora da instrução dos ocupantes dos PFT, e que remete a um nível de maior qualificação produtiva dos PFT ao longo do período, reflete uma ação seletiva, por parte das empresas, no momento da contratação, haja vista um enorme contingente de desempregados e de

7 Para Fernandes e Menezes (2002, p. 201), “a mudança técnica pode ser uma consequência da abertura comercial, pois: a) a abertura possibilita a importação de bens de capitais mais avançados; b) intensifica a competição, o que pode forçar as firmas a adotarem métodos organizacionais e de produção mais eficientes”

trabalhadores informais. Com isso, há um fortalecimento do poder de contratação, por parte destas empresas, e uma redução de custos quando não necessidade de custos com treinamento e adaptação (Dedecca, 1998b, p. 882).

A melhora no grau de instrução para nos PFT mostra ainda que está havendo alteração da instrução e da qualificação dos trabalhadores, quer seja por força da demanda do mercado ou pela maior acessibilidade à escola. No entanto, essa melhora de grau de instrução dos trabalhadores penaliza com mais intensidade aqueles indivíduos menos capacitados e com menor possibilidade de competição em um segmento do mercado de trabalho caracterizado pela baixa capacidade de geração de novos empregos e com maior número de desempregados (Dedecca, 1998b, p. 873).

Para Fligenspan e Schneider,

“uma das facetas do ajuste estrutural efetuado pelas empresas na década de noventa, através do enxugamento dos processos produtivos e gerenciais, tem sido a eliminação de uma parte não desprezível da base da pirâmide, constituída pelos trabalhadores de baixa qualificação e de baixos salários, que, possivelmente, só encontram abrigo no segmento informal do mercado de trabalho” (2000, p. 04)

Em Santa Catarina observa-se que o mercado formal de trabalho ainda está baseado no baixo grau de instrução, representado pela faixa que contempla até 8 anos de escolaridade. Isso mostra que a maior parte dos PFT é ocupada por um baixo grau de instrução⁸. Em 1991 havia uma participação relativa de PFT desse intervalo da ordem de 66,88%. Em 2002, esse percentual caiu para 51,58%. Isso mostra que no Estado a maioria dos PFT está sendo ocupado por pessoas com até 8 anos de escolaridade.

Quanto à educação em nível de 2º grau destaca-se o aumento significativo de PFT para o 2º grau completo e incompleto. De acordo com a tabela 7, verifica-se que em 1991 o nível 2º grau incompleto absorvia uma taxa de participação de 8,82%, e, em 2002, essa taxa de participação passou para 10,31%.

O 2º grau completo também obteve um comportamento semelhante, apresentando um crescimento da participação absoluta de 117.992 PFT, em 1991, para 297.392 PFT, em 2002, o que significa um aumento da taxa de participação de 13,50% para 24,06%.

⁸ Intervalo que compreende até 8 (oito) anos de estudo, de analfabetos à 8ª série completa.

De acordo com a tabela 7, observa-se que a participação dos PFT ocupados com pessoas com grau de instrução em superior completo e incompleto apresentou aumento na participação relativa e absoluta no mercado formal de trabalho no decorrer do período em análise. Em 1991, Santa Catarina apresentava um mercado formal de trabalho com 66.566 PFT%, ocupados por trabalhadores com nível superior completo, o que significa uma participação relativa de 7,96%. Em 2002, a participação absoluta se elevou para 125.205 PFT, representando neste ano uma participação relativa de 10,13%.

No grau de instrução superior incompleto observa-se que, em 1991, havia um total de, ou seja uma participação relativa de 2,91%. Em 2002 a participação relativa passa para, que significa uma participação relativa da ordem de 3,90%. Isso mostra, juntamente com o grau de instrução superior completo uma maior inserção de trabalhadores com instrução em nível superior no mercado formal de trabalho.

Tabela 7: Distribuição da participação relativa (%) dos PFT segundo grau de instrução para Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Grau de Instrução	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Analfabeto	1,43	1,28	1,26	1,71	1,13	1,13	1,06	1,16	0,97	0,82	0,81	0,71
4ª série incompleta	7,78	7,35	6,55	6,29	6,53	7,17	5,73	5,10	4,55	4,11	3,70	3,38
4ª série completa	23,46	22,67	21,53	20,47	19,10	19,63	17,20	16,05	14,65	13,52	12,40	11,19
8ª série incompleta	16,78	16,85	16,96	17,12	16,83	16,68	16,59	16,16	15,56	15,30	14,86	14,09
8ª série completa	17,43	18,08	19,23	19,95	19,85	20,23	21,47	22,12	22,12	23,72	22,63	22,21
2º grau incompleto	7,67	8,83	9,11	8,45	8,68	7,86	8,64	8,94	9,42	9,89	10,08	10,31
2º grau completo	14,10	13,51	14,04	15,13	15,63	15,79	17,44	18,38	19,19	20,51	22,17	24,07
Superior incompleto	2,91	4,26	4,08	2,79	2,99	2,78	3,02	3,09	3,08	3,27	3,70	3,90
Superior completo	7,96	6,51	6,76	7,92	8,50	8,05	8,65	8,93	10,46	8,86	9,65	10,13
Ignorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100											

FONTE: RAIS/MTE

Esse comportamento de aumento dos PFT para grau de instrução com nível superior justifica-se em parte pela intensificação da introdução de inovações tecnológicas e de novas estratégias organizacionais nas empresas, pois, esses processos requerem relativamente mais trabalhadores com maior grau de instrução em detrimento daqueles com menor grau de instrução.

A inserção de níveis de tecnologia que requerem mais qualificação, assim como a reestruturação organizacional das empresas e do próprio sistema produtivo, que demanda mais mão-de-obra prestadora de serviços, está contribuindo para o aumento relativo de trabalhadores com ensino superior e com segundo grau completo e incompleto e queda relativa de trabalhadores que estão inseridos nas outras categorias de grau de instrução, especialmente os analfabetos (Arbache e Negri, 2003, p. 173).

5.3 O mercado formal de trabalho segundo gênero

Através da observância de um estágio de estagnação econômica brasileira, iniciada em meados dos anos 80 e que até o período mostra-se de difícil contenção, pode-se verificar que no período de análise há um cenário desfavorável para o emprego formal no Brasil. As profundas transformações que vem ocorrendo não somente estão mudando o perfil da classe trabalhadora, como também torna a situação delicada para os que se mantêm no sistema de emprego (Pochmann, 1997, p. 478).

Ao longo da década de 1990 pode-se destacar que ocorreu no mercado formal de trabalho brasileiro e catarinense uma mudança de perfil e de comportamento. Essas mudanças são, por um lado, impostas pelas alterações das estruturas produtivas, como a inserção das inovações tecnológicas que mudaram os métodos e processos produtivos e, de outro lado, pela situação conjuntural da economia brasileira, que com um fraco e insuficiente crescimento econômico, não contribuiu para a geração de empregos e renda.

Uma das mudanças observadas é a que relaciona a ocupação dos PFT segundo gênero. Verificou-se, nos últimos anos, a inserção de um número maior do gênero feminino no mercado de trabalho. Isso demonstra, em parte, uma mudança imposta pelas condições econômicas atuais do país, qual seja, a redução da renda das famílias, e as mudanças estruturais como a maior qualificação do gênero, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Evidencia-se, a partir da tabela 8, que o gênero feminino está conseguindo uma inserção maior no mercado formal de trabalho nos últimos anos, embora apresentando uma participação menor na PEA catarinense. Enquanto o feminino apresentou uma taxa de

crescimento no período de 4,29% a.a, o masculino cresceu a uma taxa inferior e no valor de 2,85% a.a. Em 1991, o gênero masculino absorvia um 64,83% dos PFT totais do Estado.

Tabela 8: Distribuição da frequência dos PFT e da participação relativa dos PFT de Santa Catarina segundo gênero no período de 1991 a 2002.

Ano	Masculino	%	feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589494	63,83	334098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
Taxa de crescimento(%)	2,85*		4,29*		3,38*

FONTE: RAIS/MTE.

* Nível de significância de 5%.

Em 2002 há uma redução de sua participação relativa, passando para 60,95%. Ao contrário, o gênero feminino apresentava-se, no ano de 1991, com uma participação relativa de 35,17%. Já para o ano de 2002 o gênero feminino amplia sua participação relativa para 39,05%; mostrando um comportamento mais favorável do mercado formal de trabalho em detrimento de um comportamento menos favorável para o gênero masculino.

5.4 O mercado formal de trabalho segundo setores de atividade econômicos

Em Santa Catarina verifica-se que o mercado formal de trabalho no período de 1991-2002 está concentrado em quatro setores. A participação média dos setores é de 0,56% para a Extrativa Mineral; 34,71% para a Indústria de Transformação; 1,36% para o Serviço Industrial de utilidade Pública; 3,43% para a Construção Civil; 15,07% para o Comércio; 24,79% para os Serviços; 15,39% para a Administração Pública e 2,80% para a Agropecuária, de acordo com a tabela 9.

O setor de extração mineral apresentou no período uma variação média anual negativa de 1,62% a.a. Tal comportamento está associado à deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor, no período em análise. Em 1991, o setor detinha uma participação relativa no total de PFT do Estado de 0,86%. Porém,

em 2002, essa participação passa 0,42%, significando que foi o setor que mais liberou mão-de-obra ao longo do período, observado na tabela 10.

A indústria de transformação foi um dos setores que sofreu impactos negativos na maior parte da década de 1990, tanto em níveis de produção como em contrações formais (Gráfico 2). De um lado, observa-se a questão da tecnologia que, através da intensificação de sua introdução a partir de 1990, contribuiu para reduzir o fator de produção mão-de-obra na produção e, de outro, a questão do acirramento da concorrência da indústria nacional contribuiu para deixar à margem do sistema formal milhares de trabalhadores do setor.

Esses dois fatores são os grandes responsáveis pela taxa de crescimento dos vínculos formais no período para a indústria de transformação. De acordo com a tabela 9 e 10, observa-se uma variação média anual de 2,86% a.a., sendo que o setor passa de uma participação relativa no total de PFT de 35,27%, em 1991, para 33,71%, em 2002. Logo, apesar de apresentar crescimento positivo de vínculos formais, observa-se que o setor está reduzindo o seu peso no emprego formal catarinense.

De acordo com Massuda (2002, p. 02), a abertura comercial, associada à sobrevalorização da moeda nacional e às elevadas taxas de juros, impôs mudanças na estrutura produtiva brasileira, de modo que houve redução da capacidade de exportar e aumento das importações em boa parte da década de 1990. Na indústria têxtil, por exemplo, o efeito desse processo foi forte com impactos na organização do parque industrial e na balança comercial, que passou a apresentar saldos negativos a partir de 1995.

Para Rezende e Teixeira,

Com a abertura comercial, as empresas brasileiras passaram a enfrentar uma competição acirrada no mercado. Para se manterem no mercado, no início, elas reagiram através de um ajuste recessivo. Tal ajuste foi ineficaz para aumentar a competitividade, visto que a redução de custos não figurava mais como um fator determinante. No entanto os novos fatores como a flexibilidade, qualidade, moda e estilo que são a base para a competitividade requereram transformações na estrutura produtiva das indústrias. Essas transformações se deram através de inovações tecnológicas e organizacionais (2003, p. 12).

Tabela 9: Distribuição da frequência dos PFT segundo nove setores de atividade econômica em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Ano	Ind.		Serv	C. Civil	Com.	Serv.	Adm.Pub.	Agrop.	Outros	Total
	Ext. min.	Transf.	Ind.U.P.							
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	47.863	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	60.275	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	72.202	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	31.942	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	4.836	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	1.682	909.608

1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	408	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	134	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	53	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	52	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	0	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	0	1.235.612
Taxa cresc (%)	-1,62**	2,86*	-0,86**	6,15*	7,39*	5,22*	2,27*	7,17*	-66,45*	3,38*
Média	5.406	336.513	13.145	33.296	146.143	240.319	149.248	27.125	18.287	969.482
% Média	0,56	34,71	1,36	3,43	15,07	24,79	15,39	2,80	1,89	100,00

FONTE: RAIS/MTE.

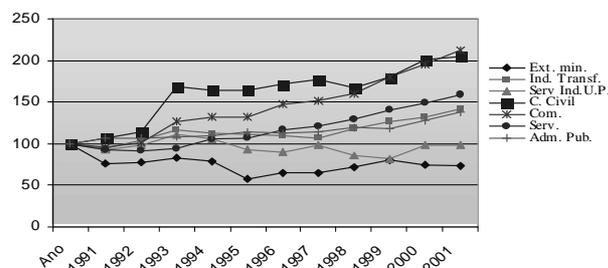
* Nível de significância de 5%.

** Nível de significância de 10%.

Frequência média = $\frac{\sum \text{frequência (1991 a 2002)}}{\text{número de frequência}}$

% Média = $\left\{ \frac{\text{Frequência média}}{\sum \text{frequência}} \right\} * 100$.

Gráfico 2: Distribuição da evolução da frequência dos PFT segundo setores de atividade econômica em Santa Catarina no período de 1991 a 2002 (Base 1991=100).



FONTE: RAIS/MTE.

O setor da construção civil, importante segmento tanto para a economia local como nacional, apresentou no período uma taxa de crescimento médio de 6,15% a.a. Em 1991, o setor apresentava uma participação relativa no mercado formal de trabalho total de 2,48% e, em 2002, essa participação se elevou para 3,46%. Isso reflete, de um lado, a expansão do setor em níveis de produção dentro do Estado e, de outro, o aumento de vínculos formais dos trabalhadores ativos, que se encontravam no mercado informal de trabalho.

O setor do comércio teve no período um crescimento médio de 7,39% a.a. sendo que em 1991 o setor representava uma participação relativa de 12,08% do mercado formal total e, em 2002, essa participação elevou-se para 17,32%. Foi o setor que apresentou a maior taxa de crescimento de vínculos formais no Estado.

No setor de serviço observa-se um crescimento médio de 5,22% a.a., alterando sua participação relativa de 24,54%, em 1991, para 26,46%, em 2002. Isso mostra que, apesar das mudanças nos métodos organizacionais das empresas, principalmente através da intensificação da subcontratação e terceirização como fatores redutores de custos, o setor no Estado não apresentou um desempenho muito favorável, o que significa dizer que o setor não foi o

grande contratador de vínculos formais a partir das mudanças estruturais na economia e no mercado formal de trabalho⁹.

Tabela 10 Distribuição da frequência e da participação relativa dos PFT segundo 9 setores de atividade econômica de Santa Catarina no ano de 1991 e 2002.

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1991	PARTIC. %	2002	PARTIC. %
Extrativa Mineral	7.208	0,86	5.233	0,42
Indústria de Transformação	295.120	35,27	416.582	33,71
Serviços Industr. de Utilidade Pública	13.708	1,64	13.570	1,10
Construção Civil	20.806	2,49	42.779	3,46
Comércio	101.141	12,09	214.045	17,32
Serviços	205.346	24,54	327.065	26,47
Administração Pública	130.528	15,60	180.233	14,59
Agropec. Extr Vegetal, Caca e Pesca	15.046	1,80	36.105	2,92
Outros/Ignorado	47.863	5,72	0	0,00
Total	836.766	100,0	1.235.612	100,0

FONTE: RAIS/MTE.

Participação relativa % = (Frequência setor (ano n) / Total (ano n)) * 100.

Os vínculos formais da administração pública cresceram a uma taxa média de 2,27% a.a.. No entanto, sua participação relativa no mercado formal total do Estado se reduziu de 15,59%, em 1991, para 14,58%, em 2002. De certo modo, o ajuste do Estado em termos de redução de gastos com pessoal, assim como a introdução de tecnologia em alguns segmentos da administração podem estar contribuindo para a redução da participação relativa verificada no período considerado.

Essas políticas incidiram principalmente sobre as esferas federais e estaduais. Desde 1989, com o Governo Collor, ocorrem as políticas de ajuste através da redução de funcionários. Demissões de funcionários, estímulos a aposentadorias, terceirização de serviços, planos de demissões voluntárias, congelamentos de vagas e, principalmente, o Programa Nacional de Desestatização implantado no Governo FHC, levaram a uma redução do peso do setor público no mercado formal de trabalho (Pessoa, 2003, p. 14).

Já para o setor agrícola, observa-se um crescimento médio anual de 7,17% a.a.. O setor passa de uma participação relativa no mercado de trabalho global de 9,61%, em 1991, para 36,10%, no ano de 2002.

5.5 O mercado formal de trabalho segundo faixas de remuneração

⁹ Para Alves, Amorim e Cunha (1997, p. 16), o setor de serviços está conseguindo criar uma quantidade de vagas que está compensando em parte a destruição dos vínculos ocorridos na indústria de transformação; porém, em muitos casos, isso está ocorrendo com prejuízo da qualidade do emprego, haja vista que a remuneração média da indústria é maior que a remuneração média do setor de serviços; evidencia-se dessa forma a menor qualidade do emprego para esse setor.

A análise do mercado formal de trabalho segundo faixas de remuneração em salários mínimos tem o intuito de mostrar como evoluiu a distribuição da frequência de PFT ao longo do período, bem como identificar um comportamento da remuneração dos trabalhadores frente às mudanças na economia brasileira na década de 1990.

De acordo com a tabela 11, fica evidente que há períodos distintos em que a distribuição das frequências de PFT por faixa de salários mínimos comporta-se de acordo com o cenário econômico vigente. Em 1991, por exemplo, verifica-se que há uma concentração de PFT na faixa de mais de 3 a 5 salários mínimos, ocorrendo uma participação de 25,83% dessa faixa no total de PFT de Santa Catarina.

Já em 1994, após a implantação do Plano Real, há uma mudança nos preços relativos de modo que há um aumento do poder de compra dos salários. Verifica-se que a partir desse momento até o final dos próximos quatro anos, há uma redução da participação relativa dessa mesma faixa salarial.

Em 1998, quando termina o primeiro período do Plano Real, aquele que compreende, entre outros, o câmbio favorável e a intensificação das importações, observa-se que a remuneração do trabalho em salários mínimos se reduz, pois a faixa mais de 2 a 3 salários mínimos concentra a maioria dos PFT, passando de 23,26%, em 1994, para 26,29%, em 1998 (Tabela 12).

A queda na remuneração dos trabalhadores é uma questão importante, principalmente em países como o Brasil, que intensificaram a abertura comercial na década de 1990. Esse processo possibilitou a entrada de inovações tecnológicas que, somado a um contexto de mudanças nas instituições trabalhistas do país, contribuiu para a diminuição do salário médio e aumento das taxas de desemprego, acabando por afetar o nível de rendimento geral (Machado; Moreira, 2001 p. 492).

Na visão de Baltar,

“O trabalho no Brasil é flexível e mal remunerado. Sempre é possível, entretanto torná-lo ainda mais flexível e barato, rebaixando os padrões mínimos de uso e remuneração do trabalho. Nesse quadro de queda do emprego formal, tem ganhado força nos meios empresariais a idéia de flexibilizar o trabalho, reduzindo ao mínimo os encargos sociais e deixando os salários diminuírem a partir da pressão competitiva sobre os empregadores” (1998, p. 155).

Tabela 11: Distribuição da frequência dos PFT de Santa Catarina segundo faixa de remuneração em salários mínimos em Santa Catarina no período de 1991 e 2002.

Ano	ATE 0,5	MAIS 0,5 A 1	MAIS 1 A 2	MAIS DE 2 A 3	MAIS 3 A 5	MAIS 5 A 10	MAIS 10 A 20	MAIS 20	IGNOR.	Total
1991	769	17.973	161.400	199.599	216.202	141.851	57.219	26.189	15.564	836.766
1992	996	19.211	185.270	189.093	215.719	128.257	49.227	18.633	15.076	821.482
1993	1.566	28.145	239.885	195.291	198.820	123.560	42.726	18.197	17.460	865.650
1994	1.082	26.129	202.277	214.866	223.254	156.194	57.576	25.163	17.051	923.592
1995	1.624	21.837	170.508	213.717	228.055	172.029	63.325	30.038	7.612	908.745
1996	1.597	20.145	166.009	223.615	244.692	163.480	59.078	27.000	3.992	909.608

1997	1.871	19.516	171.352	247.525	244.737	160.878	61.119	29.275	3.468	939.741
1998	2.240	21.813	200.796	252.850	233.781	149.617	56.902	25.546	3.471	947.016
1999	1.694	21.073	236.578	282.719	236.104	149.805	56.422	23.427	4.109	1.011.931
2000	1.566	22.706	285.156	311.807	235.326	145.730	50.103	20.651	4.884	1.077.929
2001	1.905	27.703	384.513	317.328	224.543	132.087	46.390	19.183	2.060	1.155.712
2002	2.738	31.770	451.819	326.001	222.977	130.509	46.497	2.0341	2.960	1.235.612

FONTE: RAIS/MTE.

Essa redução de frequência de PFT em faixas de salário mínimo mais elevada, bem como a redução da renda real do trabalhador, está associada às políticas econômicas implantadas no Brasil nos últimos anos, somada ao alto nível de desemprego, à flexibilização e precarização das relações de trabalho e às políticas públicas de regulação das relações econômicas (Mattoso, 1998, p.69).

De acordo com Mattoso (1998, p. 69), esperava-se que através das políticas liberalizantes e do encolhimento do Estado seriam liberados recursos para estimular os investimentos, apressar o crescimento econômico, elevar a oferta de empregos e para melhorar a renda dos trabalhadores no Brasil. No entanto, o resultado tem sido desanimador em termos de crescimento econômico, emprego e renda.

Tabela 12: Distribuição da participação relativa % dos PFT segundo faixa de remuneração em salários mínimos em Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Ano	ATE 0,5	MAIS 0,5 A 1	MAIS 1 A 2	MAIS DE 2 A 3	MAIS 3 A 5	MAIS 5 A 10	MAIS 10 A 20	MAIS 20	IGNOR.	Total
1991	0,09	2,15	19,29	23,85	25,84	16,95	6,84	3,13	1,86	100
1992	0,12	2,34	22,55	23,02	26,26	15,61	5,99	2,27	1,84	100
1993	0,18	3,25	27,71	22,56	22,97	14,27	4,94	2,10	2,02	100
1994	0,12	2,83	21,90	23,26	24,17	16,91	6,23	2,72	1,85	100
1995	0,18	2,40	18,76	23,52	25,10	18,93	6,97	3,31	0,84	100
1996	0,18	2,21	18,25	24,58	26,90	17,97	6,49	2,97	0,44	100
1997	0,20	2,08	18,23	26,34	26,04	17,12	6,50	3,12	0,37	100
1998	0,24	2,30	21,20	26,70	24,69	15,80	6,01	2,70	0,37	100
1999	0,17	2,08	23,38	27,94	23,33	14,80	5,58	2,32	0,41	100
2000	0,15	2,11	26,45	28,93	21,83	13,52	4,65	1,92	0,45	100
2001	0,16	2,40	33,27	27,46	19,43	11,43	4,01	1,66	0,18	100
2002	0,22	2,57	36,57	26,38	18,05	10,56	3,76	1,65	0,24	100

FONTE:RAIS/MTE.

5.6 A distribuição regional do mercado formal de trabalho

A distribuição dos PFT segundo as seis mesoregiões mostra onde estão alocados os postos formais em nível regional, identificando-se quais as regiões que apresentaram maior capacidade de geração de vínculos formais, bem como o comportamento das regiões ao longo dos doze anos em termos de criação e destruição de vínculos formais de emprego.

A tabela 13 e a figura 1, que mostra a distribuição média da frequência dos PFT segundo mesoregião no intervalo de 1991 a 2002, mostram o comportamento dos PFT nas regiões, assim como, sinalizam quais foram as regiões que apresentaram maior capacidade para gerar vínculos formais e qual a região mais dinâmica em termos da participação relativa.

A região Oeste absorveu no período, em média, 15,93% dos PFT dos Estado (Figura 1), sendo que ao longo dos anos considerados conseguiu melhorar sua participação relativa, que passou de 15,21%, em 1991, para 16,72%, em 2002 (Tabela 14). Sua taxa de crescimento foi da ordem de 3,91% a.a., o que denota que foi uma das regiões que mais gerou vínculos formais de trabalho ao longo do período em análise.

Tabela 13: Distribuição da frequência dos PFT segundo mesoregiões de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Ano	Oeste	Norte	Serrana	Vale	Gde Fpolis	Sul	SC
1991	127.277	182.057	44.257	199.979	189.776	93.406	836.766
1992	122.104	175.848	43.360	199.460	190.955	89.683	821.482
1993	132.469	182.160	45.800	211.726	193.181	99.862	865.650
1994	138.903	196.747	48.179	226.933	204.481	108.349	923.592
1995	148.708	186.525	47.059	219.810	202.803	103.840	908.745
1996	148.010	193.127	46.520	217.184	203.136	101.631	909.608
1997	152.748	189.847	50.867	226.730	208.925	109.591	939.741
1998	149.389	189.800	50.844	229.907	214.350	112.726	947.016
1999	163.045	205.532	53.280	245.905	222.785	121.384	1.011.931
2000	174.411	220.409	54.062	267.950	231.643	129.454	1.077.929
2001	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	1.155.712
2002	206.602	249.376	63.059	303.884	258.647	154.044	1.235.612
Taxa de cresc. (%)	3,91*	2,19*	2,74*	3,24*	2,33*	4,1*	3,38*

FONTE:RAIS/MTE

* Nível de significância de 5%.

No Norte Catarinense, com forte concentração da indústria de transformação, principalmente nos subsetores de indústria metalúrgica, mecânica, de material elétrico e madeira e mobiliário, observa-se uma participação média de PFT da ordem de 20,64%, sendo que passa de 21,76%, em 1991, para 20,18%, em 2002. A taxa de crescimento de PFT no período foi de 2,19% a.a.; contudo, essa taxa não foi suficiente para impedir a redução da participação da região no mercado formal de trabalho.

Tabela 14: Distribuição da participação relativa % dos PFT segundo mesoregiões de Santa Catarina no período de 1991 a 2002.

Ano	Oeste	Norte	Serrana	Vale	Gde Fpolis	Sul	SC
1991	15,21	21,76	5,29	23,90	22,68	11,16	100

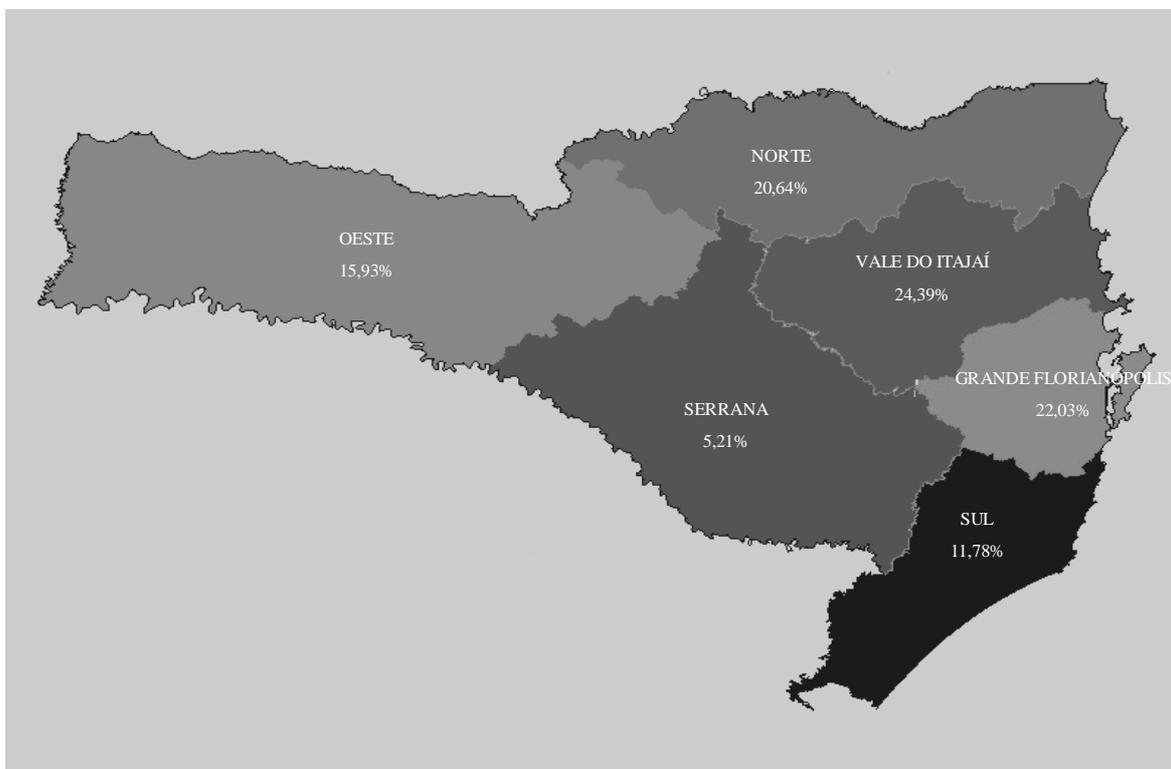
1992	14,86	21,41	5,28	24,28	23,25	10,92	100
1993	15,30	21,04	5,29	24,46	22,32	11,54	100
1994	15,04	21,30	5,22	24,57	22,14	11,73	100
1995	16,36	20,53	5,18	24,19	22,32	11,43	100
1996	16,27	21,23	5,11	23,88	22,33	11,17	100
1997	16,25	20,20	5,41	24,13	22,23	11,66	100
1998	15,77	20,04	5,37	24,28	22,63	11,90	100
1999	16,11	20,31	5,27	24,30	22,02	12,00	100
2000	16,18	20,45	5,02	24,86	21,49	12,01	100
2001	16,43	19,93	5,12	24,96	20,92	12,64	100
2002	16,72	20,18	5,10	24,59	20,93	12,47	100

FONTE:RAIS/MTE

A região Serrana, com participação média no mercado formal de trabalho de 5,21%, é uma região com predominância de atividade econômica primária, assim como uma região com um processo de formação marcado pela concentração de áreas produtivas. Isso denota um sistema produtivo ineficaz para a geração de PFT, como também para a ampliação das atividades econômicas. Isso é verificado através da taxa de crescimento de PFT que foi da ordem de 2,74% a.a., e que foi insuficiente para assegurar a participação relativa da região no mercado formal de trabalho que passou de 5,29%, em 1991, para 5,10%, em 2002.

A região do Vale do Itajaí foi uma das regiões que apresentou uma das melhores taxas de crescimento de PFT no período, alcançando valor de 3,24% a.a. Apesar disso, fica claro através das informações da tabela 11 que no período entre 1994 e 1999 houve redução absoluta de vínculos formais na região. Isso demonstra o impacto da política de abertura comercial sobre o sistema produtivo da região, que está baseado, principalmente, na indústria têxtil. Neste período, essa indústria conviveu com uma forte concorrência dos produtos importados, que entravam no país com preços menores, fato que contribuiu para deteriorar as condições de expansão dos vínculos formais para a região.

Figura 1: Representação regional de Santa Catarina com a distribuição da participação relativa média dos PFT no período de 1991 a 2002.



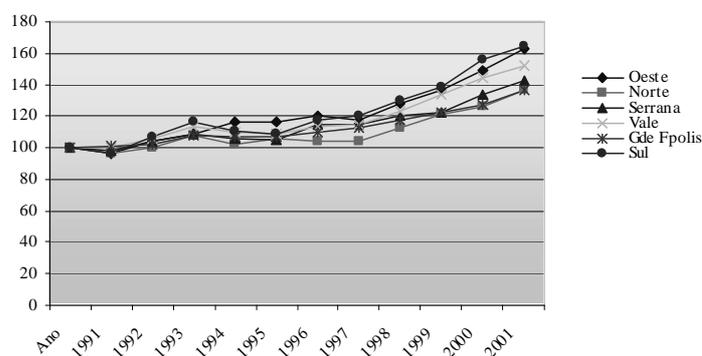
FONTE: IBGE/MTE.

A região, que concentra em média 24,39% dos PFT do Estado, apresentou no período aumento da participação relativa no mercado formal de trabalho, o que significa dizer que a região é uma importante criadora de PFT e que também conseguiu superar, em parte, os desequilíbrios sofridos em boa parte da década de 1990. Sua participação relativa passou 23,9%, em 1991, para 24,59%, em 2002.

A região da Grande Florianópolis confere a segunda maior participação no total de vínculos formais do Estado, em média 22,03% do total de PFT do Estado. Todavia, como se observa no gráfico 3, a região vem crescendo a um ritmo mais lento. A taxa de crescimento observada foi da ordem de 2,33% a.a.. Boa parte desse comportamento é registrada pela redução dos vínculos formais na administração pública, atividade econômica com grande peso na região.

Sua participação relativa também reduziu no decorrer no período. De acordo com a tabela 14 observa-se que, em 1991, a região concentrava 22,68% dos PFT; já em 2002, essa participação passou para 20,93%, significando uma região que está reduzindo o peso no mercado formal de trabalho.

Gráfico 3: Distribuição da evolução da frequência dos PFT segundo 9 mesoregião geográfica do Estado de Santa Catarina no período de 1991 a 2002 (Base 1991=100).



FORNTE: RAIS/MTE

Quanto à região Sul Catarinense, com uma participação média de 11,78% do total de PFT no Estado, apresentou no período a maior taxa de crescimento no período, entre todas as regiões, alcançando o valor de 4,1%. Apesar do reflexo negativo que a região apresentou devido à decadência da principal atividade econômica primária, a extrativa mineral, ocorrida no período analisado, observa-se um bom desempenho do mercado formal de trabalho.

A mesma região passou de uma participação relativa de 11,16% do total de PFT existentes no Estado, em 1991, para uma participação relativa de 12,47%, em 2002. Essa ampliação da participação relativa pode ser creditada à dinâmica produtiva da região, que apresenta importantes indústrias de transformação, e que nos últimos anos vem ganhando destaque na formação do produto estadual.

Por fim, fica claro que, do ano de 1991 ao ano de 2002, o emprego formal de Santa Catarina, analisado através da distribuição dos PFT segundo regiões geográficas do Estado cresceu em direção à região Sul Catarinense, região Oeste Catarinense e região do Vale do Itajaí. Neste período regiões apresentaram as maiores taxas de crescimento de vínculos formais, bem como ampliação da participação relativa no mercado formal de trabalho. Em contrapartida, a região Norte, Grande Florianópolis e Serrana, foram as regiões que menos contribuí para a expansão do mercado formal de trabalho, haja vista pequenas taxas de crescimento de vínculos formais e redução da participação relativa no mercado formal de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar o mercado formal de trabalho de Santa Catarina na década de 1990, considerando-se as mudanças no mercado de trabalho nacional no mesmo período. Esse objetivo foi possível de ser alcançado após a análise da literatura sobre as mudanças econômicas, ocorridas tanto em nível mundial como nacional, a partir de 1970 e que causaram mudanças profundas no mundo do trabalho.

O primeiro capítulo foi destinado para expor a problemática e os objetivos da pesquisa, com a finalidade de contextualizar o leitor sobre o objeto da investigação.

Ao longo dos capítulos seguintes procedeu-se o exame sobre a economia mundial a partir das três últimas décadas do século XX. No segundo capítulo destacaram-se as principais mudanças ocorridas neste período, tais como o fim do acordo de Bretton Woods e o processo de globalização; a reestruturação produtiva ocorrida a partir da intensificação da concorrência e da inserção do novo paradigma tecnológico; e ao final abordou-se as mudanças no mercado de trabalho mundial.

No terceiro capítulo, foram realçadas as principais mudanças na economia brasileira no mesmo período. Procurou-se evidenciar os fatos mais relevantes que ocorreram, tais como a implantação de políticas econômicas na década de 1980 e 1990, as políticas e planos de estabilização, a abertura comercial, a desregulamentação de mercados e o ajuste fiscal na década de 1990.

Observou-se que, em decorrência das políticas fiscais, monetárias e cambiais adotadas na década de 1970, houve um desequilíbrio nas contas nacionais e alta inflação na década seguinte. Estes fatos comprometeram o sistema produtivo nacional e o mercado de trabalho, impossibilitando a existência de um desempenho satisfatório.

Somente no final dos anos de 1980 é que se inicia o processo de modernização da economia brasileira através da redução das tarifas de importação, possibilitando a entrada de tecnologia para a reestruturação produtiva ocorrida mais intensamente nos anos de 1990. Porém, isso causou um impacto negativo no mercado de trabalho, uma vez que se verificaram altas taxas de desemprego e intensificação da precarização das relações de trabalho.

Nos anos de 1990, com a implantação das políticas neoliberais impostas a partir do Consenso de Washington, observam-se mudanças significativas na economia e no sistema produtiva nacional. A expansão do capital financeiro somado à livre circulação de bens, serviços e mercadorias e a mudança na forma de atuação do Estado, permitiram o acirramento da concorrência entre empresas e capitais e contribuíram para alterar as estruturas do mercado formal de trabalho, deixando-o mais frágil, flexível e vulnerável.

Fica evidente que essas políticas, que se iniciaram no Governo Collor e adentram no Governo de FHC, desencadearam a estabilização econômica alcançada no ano de 1994. Mas, por outro lado, questiona-se: qual foi o saldo dessas políticas para o mercado formal de trabalho nacional e catarinense particularmente?

A resposta a esta questão foi encontrada na análise empírica, destacada ao longo do capítulo IV e V. Observou-se claramente a retração do emprego formal, tanto em valores absolutos, em boa parte do período, como na participação da PEA, que no período encontrou-se praticamente sempre menor que 40%; bem como na retração do emprego no setor da indústria de transformação e nas faixas de remuneração em salário mínimo mais elevadas, o que leva a considerar uma clara evidência da precarização das relações de trabalho.

Considera-se ainda, que o resultado das políticas neoliberais implantadas no período, foram negativas para o mercado formal de trabalho, na maior parte da década. Pois, observa-se em Santa Catarina uma baixa taxa de crescimento dos vínculos formais de trabalho; além disso, essas políticas contribuíram para a retração da economia e não criaram condições favoráveis para aumentar os vínculos formais de trabalho. E ainda contribuiu para a reestruturação produtiva, que por sua vez desencadeou o desequilíbrio do mercado de trabalho.

Destaca-se ainda que, no período houve, também, mudanças estruturais no perfil dos PFT catarinense. Dessa forma, considera-se que está havendo mudanças estruturais no mercado de trabalho catarinense e nas demandas por trabalhadores, pois houve uma expansão do gênero feminino em detrimento da redução da participação do gênero masculino, levando a considerar que as causas são tanto a redução da renda das famílias nos últimos anos, como também faz parte da reestruturação produtiva e organizacional das empresas.

Referente ao nível de escolaridade dos ocupantes dos PFT observa-se que se ampliou a frequência nos níveis de escolaridade com maior anos na escola. Portanto, considera-se que de fato a estrutura produtiva reestruturada está requerendo constantemente mão-de-obra mais

qualificada, de um lado para aumentar a produtividade do capital e reduzir custos e, de outro para impor e intensificar uma condição de trabalho muito mais precarizadas para aqueles que não detêm um determinado nível de escolaridade e qualificação exigidas.

No que tange às atividades produtivas no Estado, observa-se claramente que o setor da indústria da transformação vem perdendo peso no mercado formal de trabalho através da redução da sua participação relativa de 1991 para 2002. Dessa forma, considera-se que houve um efeito maléfico das políticas implantadas, principalmente no intervalo de 1994 a 1999, sobre o mercado formal de trabalho, provocando reduções absolutas nas principais indústrias produtivas que formam o produto estadual.

Considera-se, também, que os demais setores de atividade econômica não responderam à altura absorvendo os trabalhadores desligados da indústria de transformação ou os novos entrantes no mercado de trabalho. Os setores de comércio serviço, este com grande destaque e importância nessas últimas décadas através do processo de terceirização e subcontratação, não apresentaram um comportamento extraordinário que pudesse responder por toda a oferta de trabalhadores.

Quanto à renda dos trabalhadores que ocupam os PFT, considera-se que houve no período redução das rendas dos trabalhadores, pois um número maior de trabalhadores está ocupando faixas de remuneração que contemplam menores quantidades de salários mínimos, e que por está impactando nas condições sociais dos trabalhadores, cada vez mais deterioradas.

Na distribuição regional verificou-se um aumento maior de PFT nas regiões Sul e Oeste Catarinense e Serrana, pois houve nestas regiões altas taxas de crescimento dos PFT, bem como aumento da participação relativa de 1991 para 2002. Isso leva a considerar que estas regiões estão aumentando o ritmo de vínculos formais em detrimento das demais regiões que apresentaram baixo crescimento de vínculos formais de trabalho e redução da participação relativa no decorrer do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM, Ana Claudia, GIAMBIAGI, Fabio. O ajuste do governo central: além das reformas. In: GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Maurício Mesquita (org.). *A economia nos anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 85-110.

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez, AMORIM, Brunu M. F., CUNHA, George H. M. Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na grande São Paulo 1988/1995.. *Texto para discussão*. Brasília, n. 497, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2004.

ANTUNES, Daví José Nardo. O Brasil dos anos 90: um balanço. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2002, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: SEP, 2002. 1 CD-ROM.

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. *O desempenho da indústria brasileira na década de 1990*. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. 2003, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: SEP, 2003. 1 CD-ROM.

ARBACHE, Jorge Saba, NEGRI, João Alberto de. Abertura econômica e competitividade industrial: uma análise preliminar. In: BENECKE, Renata, NASCIMENTO, Renata (orgs.). *Opções de política econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2003. p. 161-184.

ARIENTI, Wagner Leal. Fordismo e pós-fordismo: uma abordagem regulacionista. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo: PUC, 1997. p. 16-30.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 4 (92), p. 97-113, out./dez. 2003.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, p. 75-111. jun. 1996.

_____. Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 147-162.

BARAT, Josef. Competitividade brasileira e as condições da infra-estrutura econômica: avaliação e perspectivas. In: COSTA, Carlos Anibal Nogueira, ARRUDA, Carlos Alberto (orgs.). *Em busca do futuro: competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 151-188.

BARROS, Ricardo Paes de, et al. Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar. *Texto para discussão*. Brasília, n. 796, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2004.

BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996 p. 50-84[?].

_____. O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição. In: BAUMANN, Renato (org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 11-54.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1987.

CAMARGO, José Marcio. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José Marcio (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 p. 45-90[?].

CAMARGO, Jose Marcio, NERI, Marcelo, REIS, Maurício Cortez. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, Renato (org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 255-288

CAMPOS, Renato ramos, et al. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, Paulo Freire. *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED Editora, 2002, p. 113-170.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desregulamentação e abertura financeiras: repercussões sobre a autonomia de política econômica e as crises cambiais. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2000, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SEP, 2000. CD-ROM.

_____. Os impactos da estratégia de abertura externa no Brasil da década de 1990 sobre a distribuição de renda e riqueza. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SEP, 2003. 1 CD-ROM.

CARIO, Silvio A. F. Análise do comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina e seu desdobramento no setor. (broch.). (1988?).

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Sistema bancário e competitividade: efeitos da penetração do capital estrangeiro no setor brasileiro. In: COSTA, Carlos Aníbal Nogueira, ARRUDA, Carlos Alberto (orgs.). *Em busca do futuro: competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 121-150.

CHAHAD, Jose Paulo Zeetano, DIAZ, Maria D. M., PAZELLO, Elaine Toldo. A elasticidade emprego-produto no Brasil: novas evidências. In: CHAHAD, Jose Paulo Zeetano, MENEZES-FILHO, Naércio Aquino de (orgs.). *Mercado de trabalho no Brasil: emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. São Paulo: LTr, 2002. p. 223-246.

CYSNE, Rubens Penha. Aspectos macro e microeconômicos das reformas. In: BAUMANN, Renato (org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 55-100.
DEDECÇA, Claudio Salvadori. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do CESIT*. Campinas, n. 20, 1996.

_____. Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 103-118, 1998a.

_____. Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90. In: III ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998b. p. 873-886.

_____. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Unicamp Campinas: São Paulo, 1999.

FERNANDES, Reynaldo; MENEZES Fº, Naércio A. Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. p. 199-221. In: CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES Fº, Naércio A.(org). *Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças*. Ltr: São Paulo, 2002. p. 199-222.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett, SCHNEIDER, Anderson Luís. Desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho: coeficiente de Gini aplicado à RAIS. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2000, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SEP, 2000. CD-ROM.

GOULARTI FILHO, Alcides. A indústria metal-mecânica no sul de Santa Catarina: uma atividade acessória e local/regional. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). *Ensaio sobre a economia sul-catarinense*. Criciúma: UNESC, 2003, P. 47-57.

GUJARATI, Domodar N. *Econometria básica*. São Paulo: Parson Education do Brasil, 2000.

HIDALGO, Álvaro Barrantes. Liberalização comercial e produtividade na indústria de transformação brasileira. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2000, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SEP, 2000. 1 CD-ROM.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca Central. *Censo demográfico*. Florianópolis, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca Central. *PNAD*. Florianópolis, 1991-2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeada*: dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2004.

KOVÁCS, Ilona. *Reestruturação empresarial e emprego*. Workshop Reestruturação produtiva, emprego e mudanças técnico organizacionais nas empresas. Caderno n. 6. NINEIT(núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho), UFSC(Universidade Federal de Santa Catarina): Florianópolis, 2003.

LAGES, André Maia Gomes. Concorrência, globalização e desenvolvimento: elementos para discussão à luz da experiência brasileira. In: III ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Rio de Janeiro, 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

LARA, Luiz Fernando. *Os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho*: um estudo da percepção dos trabalhadores em uma empresa do setor de bens de capital. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LEGAT, Angelo Luiz Maurios. *Reestruturação produtiva e políticas públicas de emprego e renda no Brasil*: o caso do plano estadual de qualificação do Paraná no período 1996/2000. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LINS, Hoyêdo Lins. Reestruturação produtiva e impactos sócio-espaciais. *Texto para discussão*, Florianópolis, n. 4, p. 1-20, abr. 1998.

_____. Travessuras da economia mundo: globalização, blocalização, precarização. *Textos de Economia*. Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 169- 193. 2002

MACHADO, Ana Flávia, MOREIRA, Maurício Mesquita. Os impactos da abertura comercial sobre a remuneração relativa do trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 491-517, jul./set. 2001.

MASSUDA, Ely Mitie. A evolução do emprego na indústria têxtil brasileira - 1992 – 1999. In: V ENCONTRO DE ECONOMIA REGIÃO SUL, 2002. *Anais...* Florianópolis: ANPEC, 2002. 1 CD-ROM

MATTOS, Fernando Augusto. Capitalismo organizado e capitalismo desorganizado: o desafio da criação de empregos. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 27. 1998.

_____. *Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. 2001. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2001.

MATTOSO, Jorge e BALTAR, Paulo. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.18, n. 1, p. 13-40. 1997.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas recentes no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 61-78.

_____. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90*. 2. ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base estatística*. 1991-2002. CD-ROM.

MOREIRA, Marcelo Jose; ALMEIDA FILHO, Niemeyer .A inserção precária do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: In: V ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2000, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SEP, 2000. 1 CD-ROM.

NEGRI, João Alberto de. et al. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. *Texto para discussão*. Brasília, n. 840, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2004.

NICOLAU, José Antonio. A indústria catarinense na década de 1990: em busca de novo ciclo de crescimento. In: CÀRIO, Silvio Antonio Ferraz, PEREIRA, Laércio Barbosa. SCHÜNEMANN, Achiles Júlio. Características da estrutura de mercado e do padrão de concorrência de setores industriais selecionados de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 11-36.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 3-20.

PEREIRA, José Maria. Desemprego e flexibilização do emprego. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v. 26, n. 3, 1998, p. 98-120[?].

PESSOA, Eneuton. Estado, serviços e emprego públicos no Brasil: principais tendências nos anos 90. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2003, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: SEP, 2003. 1 CD-ROM.

PINHEIRO, Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fabio, GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Mauricio Mesquita. 1.ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 11-41.

POCHMANN, Marcio. O comportamento do emprego urbano e regulamentado no período recente no Brasil: considerações gerais. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, São Paulo, 1997. *Anais...* São Paulo: SEP, 1997. p. 478-487.

_____. O trabalho e as recentes transformações econômicas no Brasil. In: COSTA, Carlos Aníbal Nogueira, ARRUDA, Carlos Alberto (orgs.). *Em busca do futuro: a competitividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 299-328.

_____. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

REZENDE, Luiz Paulo Fontes de; TEIXEIRA, Stefânia; O impacto do processo de reestruturação produtiva no complexo têxtil brasileiro na década de 90. In: V ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2003, Recife. *Anais ...* Recife: UFPE, 2003. 1 CR-ROM.

RIGOLON, Francisco, GIAMBIAGI, Fabio. A renegociação das dívidas e o regime fiscal dos Estados. In: GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Maurício Mesquita (org.). *A economia nos anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 111-144.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34

SARETTA, Fausto. *Estabilidade e crescimento: algumas questões do passado no presente*. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2002, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: SEP, 2002. 1 CD-ROM.

TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloizio. *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 101-129.

VIEIRA FILHO, Ady. *As raízes da industrialização – grupos empresariais catarinenses: origem e evolução*. Florianópolis: Editora do Autor.